



# SÉRGIO FERRO

ARQUITETURA E TRABALHO LIVRE

**A PRODUÇÃO DA CASA NO BRASIL** Este texto nasceu de anotações de aula na FAUUSP nos anos 1968/69 e é um primeiro esboço de "O canteiro e o desenho". Foi publicado pelo GFAU em 1972, com o nome "A casa popular" (o primeiro subtítulo acabou adotado como título provisório). Apresentamos aqui a versão original, mimeografada em **1969**, revista e rebatizada por Sérgio Ferro em 2005.

---

#### A CASA POPULAR

**CONSTRUTOR** Em qualquer bairro operário, Limão, Americanópolis, Veleiros, Vila Carrão, Laranjal, Itaquera, Taguatinga, Núcleo Bandeirante, etc. a maioria das residências foi construída pelos próprios moradores. Mesmo em Osasco, bairro de operariado qualificado, estudo realizado para a elaboração de seu Plano Diretor revelou grande porcentagem desta regra. Outra pesquisa, orientada pelo professor Carlos Lemos sobre casas populares em São Paulo, fornece as seguintes informações: de 122 moradias levantadas, 108 (88,5%) foram construídas pelos proprietários; para as restantes 14, empreiteiros ou pedreiros foram contratados enquanto os proprietários "às vezes, até se transformavam em serventes solícitos." Geralmente sós, com filhos ou a mulher, raramente em mutirão, os operários mesmos levantam para si, nos fins de semana, feriados, ou férias, seu abrigo.<sup>1</sup>

**MATERIAIS** Os materiais, sempre os mesmos, são os de menor preço: o tijolo e a telha de barro, feitos manualmente nas olarias neolíticas, o barro, como

---

<sup>1</sup> A pesquisa do professor Carlos Lemos, em andamento (1969), ainda não foi publicada. Seus resultados provisórios aparecem resumidos no relatório feito para o FAP (Fundo de Amparo à Pesquisa), cuja cópia está no Departamento de História da FAUUSP. [A pesquisa coordenada por Carlos Lemos e Maria Ruth Sampaio foi publicada em 1978, pela FAUUSP, com o título *Habitação popular paulistana autoconstruída*. (N.O.)]

aglomerante, a madeira não aparelhada de 3<sup>a</sup> para estrutura do telhado. Portas, janelas de tábuas, sem vidro.<sup>2</sup> Algumas vezes, são materiais usados: 31 das 122 casas pesquisadas pelo professor Carlos Lemos empregaram material de demolição. Chão apiloado, por vezes atijolado, raramente cimentado. Nenhum emboço ou revestimento. Em tese, outros materiais poderiam ser empregados. Mas uma série de restrições orienta a escolha: o preço reduzido do material é básico, ele precisa estar disponível perto para evitar o transporte oneroso, deve possibilitar compra parcelada com as reservas de cada salário ou com o pequeno crédito do depósito suburbano, verdadeiro BNHzinho popular, não pode requerer mais do que um indivíduo para sua manipulação e, finalmente, não deve exigir nenhuma técnica especial no seu emprego. É evidente que todas estas limitações se resumem na estreita margem econômica que envolve o operário. A vinculação, portanto, de tais materiais à casa popular não é questão de gosto, higiene, estabilidade ou conforto: é resultado do baixo nível de consumo permitido por seu salário.

**TÉCNICA** A técnica utilizada, mais do que aprendida, é vista, vivida, absorvida por contínua vizinhança. Faz parte do conhecimento popular quase espontâneo, que todos herdaram, simples prática compatível com nenhuma especialização. A pesquisa referida mostrou pequena impossibilidade dos operários enfrentarem, eles sozinhos, a construção da própria moradia, apenas 11,5%. Entre os 88,5% capazes, havia de todas as áreas de produção, têxteis, mecânicos, carpinteiros, serventes, faxineiros. Não há empenho, ou melhor, oportunidade, para ousar alterações. Geralmente casados e com filhos, a casa do arrabalde é a alternativa às sórdidas condições dos porões e quartos dos bairros centrais em decadência. A urgência elimina a inovação, que poderá custar tempo. Além disso, os poucos tijolos obtidos devem seguir o modelo garantido, afastado de experiências potencialmente perigosas. Como na cozinha popular, as receitas tradicionais poupam cuidadosamente os ingredientes da casa. Contradição menor que repete as maiores: continuamente, este mesmo operário lida com os mais avançados meios de produção, ao responder às suas carências particulares, entretanto, dispõe somente de si e de pouquíssimos instrumentos. Recorre ao que já foi largamente provado no local, adaptando

2 O nosso subdesenvolvimento está espelhado nestes materiais. A força do trabalho ainda é o meio de produção mais barato, não porque sua manutenção, com o avanço das forças produtivas, tenha baixado de custo, mas porque o nível desta "manutenção" é baixíssimo. A respeito de sua insuficiência, ver Josué de Castro, *Geopolítica da fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

somente a raquítica técnica aos materiais que pôde obter. Dispõe do tempo parcelado, não emprega processo algum que exija trabalho continuado, ininterrupto, mas aceita o velho modo que é apropriado à renovação completa em cada etapa da construção, o empilhar de tijolos. Desprovido de qualquer meio de produção, é operário, recolhe a experiência feita sem equipamento pouco mais complexo. Devendo contar somente com ele próprio, sem qualquer folga para aprendizado, reencontra, cada vez, a mesma técnica pré-histórica.

**PRODUTO** Os próprios usuários, portanto, com a técnica absorvida, dispõem do material de menor preço ou usado do melhor modo conhecido, o que, evidentemente, é sempre precário. O produto obtido com tais limitações só pode ser padrão. A casa mínima (entre as pesquisadas, 84 (70,5%) possuíam unicamente um quarto e 40,9%, apenas dois cômodos) é o utensílio abrigo puro e elementar dotado exclusivamente do indispensável. A rudeza dos materiais, a primariedade técnica geram o núcleo restrito ao atendimento franco, imediato. A precisão imposta pela economia na produção ressurgem como precisão no produto, precisão amarga, não resultado de engenho programado e escolhido, mas depósito obrigatório de infinitas carências. Nenhum enfeite, marca do "status" sobreposta: sua situação é evidenciada, exatamente por sua ausência.

**USO** O utensílio elementar encaminha a uma utilização imediata, exata: assim como o supérfluo não aparece na construção, o uso dispensa cuidados. Restando no mínimo, não há excessos que se interponham entre objeto e sua serventia. Da casa, o operário requer, inicialmente, pouco mais que proteção contra chuva e frio, espaço e equipamentos suficientes para o preparo de alimentos e descanso. Enfim, tem com ela a relação direta e não mediatizada, como só surge entre homem e seu instrumento de trabalho pessoal. Não é envolvido por qualquer fetiche, usa simplesmente, sem mistério ou respeito exagerado. A casa é feita para servi-lo e serve-se naturalmente dela. Organiza as áreas conforme sua utilização. A maior e prioritária é reservada ao local onde prepara alimento, descansa, convive, os filhos brincam ou estudam: a cozinha (65 casas (54,8%) entre as estudadas possuem cozinha com área superior a 11 m<sup>2</sup>). O modo de usar evidencia a classe, tal como o produto usado. Limitado econômica e tecnicamente, o produto gera sua forma de consumo, direta, eficaz. Interiorizado, o produto retorna como hábitos ou comportamentos que o confirmam. A eficácia forçada na produção corresponde à eficácia no consumo, que se propõe como móvel ideal para qualquer nova produção. E a herança inevitável será transmitida íntegra, imutada.

A produção não cria somente um objeto para o sujeito, mas também um sujeito para o objeto [...] Produz, por conseguinte, o objeto do consumo, o modo de consumo e o instinto de consumo.<sup>3</sup>

**O VALOR DE USO SOCIAL** Ora forçado ao primário por pressões econômicas, atinge o social: a eficácia, requerida ao pouco que tem, impõe a permanência da construção em torno do esquema válido quase universalmente para os de sua classe. Portanto, apesar da forma de produção artesanal e arcaica, apesar de construir para si, para atender às suas necessidades básicas particulares, despreocupado com possível utilização por outros, o valor que cria é um valor de uso social. O valor de uso particular na miséria é intrinsecamente um valor de uso social entre os danados da terra: não há excessos que permitam a objetivação de idiosincrasias, a particularização. E como o nível a que se deve ater é o da satisfação única de imperativos vitais elementares, os resultados são praticamente os mesmos, sempre e em qualquer parte, variando somente em função do estágio histórico dos materiais primários (isto é, qual o mais barato a cada momento e local)<sup>4</sup> compatíveis com a produção artesanal e individual.

**A PEQUENA PROPRIEDADE** Como ser em transição, o operário se determina como sucessão de realizações (efetivas ou apenas aspiradas) gradativamente 'superiores' de ser mercadoria, no operariado e na categoria dos trabalhadores não manuais assalariados; e, quando vem a participar da categoria dos peque-

3 K. Marx, *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 237.

4 Em certas zonas, como Santa Catarina e Paraná, a madeira substitui o tijolo. A única constante na casa popular, com relação aos materiais, é seu baixo preço e possibilidade de aquisição parcelada. Em país subdesenvolvido, isto é sinônimo de produtos com baixíssima composição orgânica do capital, isto é, muita força de trabalho.

A taipa, por sua vez, só foi superada pelo tijolo depois que este foi suficientemente provado aqui e de escassearem os bambuzais. A cobertura da casa popular fornece ótimo exemplo do conservadorismo técnico. A passagem do sapé à telha e da taipa ao tijolo foi suave, contínua, sem grandes inovações. O tijolo, entretanto, permite a cobertura em abóbada, mais barata e eficaz que a telha. A técnica disponível na tradição, entretanto, não possibilitou o seu surgimento. Novamente, o compromisso popular com determinada técnica é baseado em condições históricas de formação desta camada, no nível simples que possuía, nos materiais disponíveis. Não há uma técnica popular: a abóbada, aqui desconhecida, foi a cobertura tipicamente popular na Argélia.

nos proprietários urbanos ou almeja dela participar, continua a aceitar para os outros, o ser mercadoria.<sup>5</sup>

A pesquisa do professor Carlos Lemos revela que geralmente o operário vê a própria casa como temporária. O que corresponde a fatos comprovados: grande parte das que possuem três ou mais cômodos são ampliações de um núcleo original de 1 ou 2 cômodos. E mais, a própria disposição no terreno denota insatisfação com o que tem: 60% das casas de 2 cômodos são localizadas no fundo dos terrenos, a frente permanecendo reservada para a futura casa maior. A possibilidade concreta para alguns de ir acumulando lentamente a área ocupada, por sua vez, permite explicar a constatação da existência de mais de uma casa no terreno ou de quartos que são postos a aluguel. Então, o operário "ser em transição" atinge exemplarmente o que para a maioria permanece aspiração irrealizada: a categoria do "pequeno proprietário urbano" e passa a usufruir de renda não proveniente de sua venda, mas da venda de seus "bens". Constitui cortiços de péssimas condições: o valor de uso social que obtivera pensando em si, é visto e manipulado como mercadoria. Entretanto, afirma o relatório da pesquisa, "raros são os que, a priori, já projetam no próprio corpo da casa os cômodos destinados à locação". O excedente, eventualmente produzido, é explorado como valor de troca.

Em oposição ao funcionamento habitual da economia capitalista, não é valor de troca que estimula a produção de valores de uso, mas valores de uso excedentes são empregados como valor de troca. E o operário que teve a oportunidade de acumulá-los realiza o pressuposto de suas aspirações de ascensão à "categoria dos pequenos proprietários urbanos": sua personalidade básica capitalista não negadora do sistema, mas unicamente do status proletário.<sup>6</sup>

Pois bem, voltemos ao início. Nos feriados, fins de semana ou férias quando ergue sua casa, o trabalhador produz para si. Não como o faz diariamente, como força de trabalho vendida, empenhada na valorização do capital. Não como mercadoria abstrata — força socialmente necessária — a produzir valores genéricos encarnados em valores de uso a ele indiferentes, não enfrentando os meios de produção como poderes materiais hostis e alheios. Ao contrário, produz com seus instrumentos seu abrigo, meios de produção próprios guiados por sua vontade e direção a construir um objeto para seu uso. O guia da produção, seu motor interno, a carência que atende são particu-

5 Luiz Pereira, *Trabalho e desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1965, p. 208.

6 Cf. Luiz Pereira, op. cit., cap. III.

lares e próximos. Mas, no afastamento das condições de produção negativas que encontra enquanto assalariado perde as conquistas que estas condições lhe permitem. Pois é como trabalhador isolado, só, que enfrenta o que quer superar, sua miséria. Vendo-se só, servente e operário semi-qualificado, quer proteger-se só. Nega a universalidade atingida, parte do trabalhador coletivo atuando com meios de produção em massa, nega a solidariedade orgânica e coletiva fruto do trabalho comum e retoma o princípio da propriedade que lhe é negada enquanto assalariado. E o que produz espelha, também agora, como produz: o indispensável para sua subsistência, resultado tosco de individualismo auto-suficiente, é a miniatura frustrante do lar burguês, isolada, fechada, marcando nítidos os contornos de sua posse. Vai buscar as mais distantes e precárias regiões, esquecido de toda higiene e conquistas sociais, para poder manter resguardada a unidade obrigatoriamente desfeita de sua família e a propriedade de sua angustiante moradia lentamente depositada na expectativa de transbordar sua racionada necessidade e afirmar sua admissão a pequeno burguês senhor de capitalzinho. Sem dúvida, tudo o impele a esta solução: a impossibilidade de sobreviver nos cortiços centrais, onde a relação próxima com outros operários é mediada pela promiscuidade, a pressão econômica dos salários insuficientes, hábitos rurais, fruto da vida segregada ainda presentes na sua formação, a especulação imobiliária, o sindicalismo ausente e oficial, o peso enorme do sistema, enfim. Mas não há dúvida: a solução que encontram, talvez a única disponível, tem as marcas de sofrida adaptação.

**BAIXA DE SALÁRIOS** As conseqüências são imediatas: o barateamento da moradia que obteve recorrendo a todas as suas mínimas habilidades e disponibilidades, o seu sacrifício, terá como recompensa automática o abaixamento relativo dos salários, sempre determinados pelo custo menor do absolutamente indispensável à sua manutenção. Seguramente, a economia feita na obtenção da casa seguirá a redução de seu salário real. É a lei do sistema. E o antagonismo é insuperável dentro dele: não pode permanecer sem casa, é levado a construí-la. Faz com o que tem: nada, mil "jeitinhos", economizando na já magra mesa. Portanto, faz com pequeno custo — não paga administração, empreiteiro, mão-de-obra, adota materiais rudimentares ou usados, área mínima, sem banheiro, pia, esgoto, água corrente, luz. É tão baixo o custo que nem as barbaridades minuciosamente programadas no BNH conseguem competir. Como conseqüência da multiplicação desta microscópica sub-produção, associada à deterioração crescente das zonas centrais "modernas", baixa a cota do salário destinada à moradia. E, progressivamente, disfarçado sob aumentos nominais totalmente inflacionados, baixa correspondentemente o salário real

do operário — baixa acentuada por novo gasto, o da condução. Bastam como indicação deste fato as seguintes informações do DIEESE (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos): no *Boletim Informativo* n. 9, de Janeiro de 1968, p. 2, lemos “Levantamentos efetuados pelo DIEESE mostram que o aluguel médio de casas na cidade de São Paulo, em Janeiro (de 1968) foi de NCR\$ 174,19, muito diferente da quantia de NCR\$ 34,65 determinada pelo referido decreto (sobre o salário mínimo)”. Ora, tal discrepância somente se explica pela enorme economia marginal que o operário consegue ao produzir a própria casa, justificando uma redução em relação à média que o governo decreta com satisfação.

RESUMO Em resumo, encontramos na casa operária uma exceção aparente ao sistema. A produção, aqui, não é guiada pelo lucro, pelo valor de troca. O seu imóvel é a produção de um valor de uso. Entretanto, o sistema e o modo de produção capitalista estão presentes sob várias outras formas: no fato do valor de uso particular na miséria tornar-se valor de uso social, e aparecer como valor de troca, apontando a existência de mercado de outros miseráveis; na contradição entre ser operário, expressão social de um sistema de produção avançado, e o fato de ter que recorrer, no atendimento a pressões vitais, às formas mais atrasadas, e mesmo reacionárias, de produção; na resultante de sua poupança, o pouco conforto imediato, acarretando desconforto e prejuízo mediatos maiores. A produção aparentemente marginal revela o sistema totalmente inclusivo.

#### A MANSÃO

INTRODUÇÃO No outro lado da escala social, no Morumbi, por exemplo, o “fazer sua casa” significa aplicar capital. E, ao invés do mínimo indispensável, a construção contém o maior acúmulo de elementos supérfluos compatíveis com o funcionamento e a sanidade mental. Os materiais, a mão-de-obra especializada e a técnica não mais constituem limitações, ao contrário, se o deus capital existe, tudo é permitido, tudo e todos estão disponíveis. Pedras de Ouro Preto, tijolos desenhados, tábuas de jacarandá da Bahia de 50 centímetros, mármore, granitos polidos, fórmicas, vidros de 2 metros, metais especiais, aço, alumínio, ladrilhos portugueses, massa corrida, “spots”, luminárias suecas, torneirinhas em forma de peixe — materiais de tradição nobre ou requintadamente industrializados ou artesanais alimentam a imaginação esgotada do decorador. Lajes, balanços, pergolados, rampas, abóbadas, robustas lâminas de concreto de madeirit lixado, motores, engenhos eletrônicos, treliças, taipas, pedrinhas — tecnicamente, qualquer ousadia é realizável.

Sugestões sutis, desejos remotos (como banheiros de teto de vidro, vaga satisfação exibicionista), detalhadas subdivisões de funções diáfanas, efeitos mágicos, surpresas, arranjos lúdicos encontrarão “designers” especializados aptos para efetivá-los.

**PRODUÇÃO** Acompanhemos a produção. Adquire uma gleba grande em zona altamente “valorizada” – “valorização” que não resulta de melhoramentos extraordinários ou da localização economicamente estratégica, mas da garantida seleção da vizinhança. A seguir contrata, isto é, compra vários gêneros de força de trabalho e serviços, desde o engenheiro, o calculista, o arquiteto, até serventes e vigias, passando por pedreiros, carpinteiros, mestres, técnicos em hidráulica, eletricidade, eletrônica, decoradores, paisagistas, etc. Soma, na obra, quantidade elevada de conhecimentos, técnicas, habilidades e energias diversificadas. Fornece-lhes todo material pedido em qualquer instante, sempre com a melhor qualidade. Enfim, reclama dos custos, pressiona nos contratos e salários, mas põe na obra o desejado.

Guarda, próximos de si, o arquiteto, o decorador, o engenheiro, o paisagista. A eles impõe o que quer, com a impressão de aspiração ainda não realizada. Faz com que convivam com ele, jantem, conversem com sua família, revela pequenos hábitos, eventuais idiossincrasias, preferências estéticas, seu amor à eficiência de alguns pormenores, frustrações domésticas que reclamam atendimento. Arquitetos e decoradores tiram suas medidas, interpretam sua vontade, elaboram sua imagem. E traçam com largueza e generosidade tudo o que puderem captar. Debates, alterações, redução de ousadias excessivas. Neste momento o proprietário recebeu educação suplementar, pois pode desconhecer a si próprio, as exigências de bom gosto e das normas sociais convenientes a seu “status”. Sob medida, os planos recebem seu “imprimatur”. Engenheiros e calculistas põem suas equipes a dimensionar, precisar a construção. Operários, supervisionados pelo mestre, transportam, levantam. Enquanto a mansão cresce, o proprietário, insatisfeito com efeitos não previstos e descobrindo hábitos não atendidos, faz derrubar, modificar, acrescentar. Em dois anos a obra está terminada. A sua casa, fruto de sua vontade, foi feita à sua imagem e semelhança. Passa a usá-la.

**A CASA COMO MERCADORIA** Mas, olhemos melhor esta imagem, esta semelhança. Para “fazer sua casa”, comprou matéria-prima, técnica, projetos e, sobretudo, força de trabalho. Esse procedimento não lhe é desconhecido ou novo: as relações de produção da mansão estão próximas da que estabelece na sua indústria ou outro negócio qualquer. Como aqui, lá a mercantilização está implícita na produção. Mais-valia acumulada compra os meios para ficar grá-

vida de nova  
específico, se  
automática c  
Ambos são, P  
de cá, perma  
Se for m  
vel venda, d  
social. Nas d  
tem sempre  
pança, restri  
validade soc  
dades: afina

O USO CONS  
as conveniê  
a de seus ob  
forçado a ist

Aos olho  
certo pa  
indefini  
o homem  
tal rique  
darão os

Nos prin  
capitali  
riqueza  
capitali  
e o siste  
nível d  
mesmo  
se até u  
custos

7 Thorste  
8 Karl M  
Cultura

vida de nova mais-valia, só que aqui, sob a forma da produção de um objeto específico, seu lar, doce lar. A semelhança de atuação nos dois casos traz, como automática conseqüência, comportamento semelhante diante dos produtos. Ambos são, para ele, mercadorias. As de lá, há que vender imediatamente, a de cá, permanecerá em seu poder.

Se for necessário ou conveniente, venderá. Mas para garantir esta possível venda, deverá zelar para que o produto, sua casa, possua um valor de uso social. Nas discussões com o arquiteto, nas modificações que introduz na obra, tem sempre um olho no mercado. E, consciente da dignidade de sua poupança, restringe o que fez de extremamente pessoal para que não contagie a validade social de sua mansão. Restringe mas não elimina todas as originalidades: afinal, a mercadoria é feita sob medida.

**O USO CONSPÍCUO** A sua imagem e semelhança também tem que atentar para as conveniências sociais. É homem de prestígio, posse e visão. Sua aparência e a de seus objetos precisam responder às imposições de sua posição. É mesmo forçado a isto.

Aos olhos da comunidade, os homens de prestígio precisam ter atingido um certo padrão convencional de riqueza, embora tal padrão seja de certo modo indefinido [...] Para obter e conservar consideração alheia, não é bastante que o homem tenha simplesmente riqueza ou poder. É preciso que ele patenteie tal riqueza ou poder aos olhos de todos, porque sem prova patente não lhe darão os outros tal consideração.<sup>7</sup>

Nos primórdios históricos do modo de produção capitalista – e cada *parvenu* capitalista percorre individualmente essa fase – predominam a sede de riqueza e a avareza como paixões absolutas. Mas o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de prazeres. Ele abre com a especulação e o sistema de crédito milhares de fontes de súbito enriquecimento. Em certo nível de desenvolvimento, um grau convencional de esbanjamento, que é ao mesmo tempo ostentação de riqueza, e portanto, meio de obter crédito, torna-se até uma necessidade do negócio para o ‘infeliz’ capitalista. O luxo entra nos custos de representação do capital.<sup>8</sup>

7 Thorstein Veblen, *A teoria da classe ociosa*. São Paulo: Pioneira, 1965, pp. 43 e 48.

8 Karl Marx, *O capital*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Abril Cultural, col. Os Economistas, 1983, v.I, t.2, p. 173.

As formas particulares do consumo conspícuo foram fartamente descritas por Thorstein Veblen. Evidentemente elas se especificam numa situação diferente da que usou como modelo de suas observações (a sociedade norte-americana no fim do século XIX; o livro *The Theory of the Leisure Class* é de 1899). Mas, para o que nos interessa aqui, pouca importância tem esta especificação, meras alterações superficiais derivadas de nossa situação colonial, nossa burguesia procurando sempre identificar-se com a internacional, buscando nos restos portugueses os ares de aristocratização pretendida, tudo enfatizado com traços de inquietação que a própria posição intermediária entre as cortes da metrópole e o resto da miserável população brasileira provoca. Como todo objeto ou serviço consumido exclusivamente pela classe A (burguesia), a mansão torna-se objeto de uso suntuário. O uso suntuário é diferenciador de classe, já que o objeto luxuoso é a materialização da riqueza. A fartura de materiais requintados, a complexa equipe mobilizada já mesmo durante a obra, expõem o poder do proprietário. A obra concluída, sua aparência, dimensão e cuidado prosseguem revelando-o. Esta demonstração, além das vantagens psicológicas que proporciona, é fundamental, não esqueçamos, para o bom crédito na praça. Receber bem, hospedar bem, divertir bem, são obrigações do bom burguês. Quem esbanja e pede empréstimos não pede para si, pede para ampliar sua potência, que a mansão prova. Logo merece o empréstimo.

Mas, o consumo conspícuo e o uso suntuário tem suas regras. Em primeiro lugar, as coisas usadas exclusivamente por uma classe e que se prestam a um uso suntuário não envolvem, evidentemente, a vida privada: como todos a possuem — a não ser os que estão excessivamente afastados na escala social, “lumpens” e baixos proletários com os quais nem importa competir — não serve como diferenciação importante.<sup>9</sup>

Como consequência, a vida privada, que eliminaria o efeito da distinção, já que é elemento comum, é escondida. Assim, na mansão burguesa, grande porcentagem da área se destina à exposição de poder e riqueza: entrada social, “hall”, sala de visitas, sala de jantar, biblioteca, lavabo social, jardins, terraços,

9 “Ao mesmo tempo, o efeito sobre o consumo é de concentrá-lo sobre as linhas mais evidentes aos observadores, cuja opinião favorável é almejada, enquanto as inclinações e aptidões, cuja prática não envolve gastos honoríficos de tempo e de substância tendem a ser relegadas ao desuso. Através desta discriminação em favor do consumo visível se verifica que a vida doméstica da maioria das classes é relativamente mesquinha em comparação com a parte ostensiva da sua existência que se desenrola perante os olhos do observador. Como uma segunda consequência da mesma discriminação, as pessoas geralmente escondem da observação pública a sua vida privada.” T. Veblen, op. cit., pp. 111-112.

salas de jogos, de música, muros etc. Outra parte substancial, entretanto, é destinada a disfarçar a inevitável vida privada: circulação paralela de serviço, sala de almoço, entrada e pátio de serviço, sala íntima etc. Note-se que isto não pretende simplesmente esconder empregados – que, afinal, são demonstração móvel de riqueza, mas suas ocupações ligadas à vida privada.

Agora, o instrumento abrigo – que malgrado a sobrecarga suntuária, é ainda função da casa – é intruso componente de um todo maior, o ambiente demonstrador de riquezas. A exibição segue regras de comportamento radicalmente distintas das espontâneas maneiras de viver. Os milhares de tiques, gestos, etiquetas, cuja função é demonstrar que quem os exhibe possui suficientes recursos para desenvolver estas atividades totalmente inúteis, tem cenário determinado: salas, espaços, móveis, tapetes, quinquilharias que não devem ser usadas. Aos caros comportamentos aleatórios, correspondem depósitos de trabalho dirigidos para a produção de objetos sem serventia. A prodigalidade se manifesta melhor quando não é necessária.

Mas, se o objeto por sua intrínseca razão servir, deverá servir contrariado: se for obrigado a sentar ou habitar, deve ficar patente que se senta ou habita revestido de normas e desconforto específicos: surge óbvia uma riqueza que pode diluir-se em objetos e espaços absurdos.

Mas, o industrial contemporâneo sabe o valor e o prestígio da técnica eficaz, da automação que dispensa a presença desagradável do operário e o explora somente através de mediações complexas. É o trabalho desperdiçado terá duas oportunidades preferenciais de surgimento: nos produtos de mórbido artesanato e nos produtos de tecnologia avançada, empenhados em serviços dispensáveis. Paredes figurando taipa, formas minuciosamente desenhadas de concreto, molduras de gesso patinadas escondem alto-falantes mudos, “high-fidelities”, interfones, controles remotos. Tudo em tom morno, discretamente aparente.

Discrição para evitar o “nouveau-richismo”, aparência para afirmar riqueza, mormaço para espalhar fastio e indiferença. O tema é imenso e asquerosamente variado. Bastam essas referências. Percebemos já, com maior acuidade, a imagem e semelhança que a casa reflete: a sua casa, como ele próprio, existe, para os outros. Ou melhor, para oferecer aos outros uma imagem de si, imagem esperada, pré-estabelecida. Não uma imagem real, atual, mas a imagem do papel social a que pode, por sua situação econômica, pretender. A casa é o cenário convencional para a representação de seu triunfo. Imagem e original começam a inverter suas posições. Pois sua “imagem e semelhança”, seu lar, é componente essencial de sua definição mesma e lhe empresta o sucesso e honrabilidade que espelha.

TESOURO Ora, a mansão, vimos, é mercadoria. Declara no imposto sobre a renda entre os "bens" imóveis e sabe que pode realizá-la quando bem entender. Para isso, entretanto, deve preservá-la, garanti-la contra a usura que poderá corroer seu valor. Logo, é parcimonioso no seu emprego. Tem que garantir a permanência do valor de troca do imóvel e mesmo a continuidade do valor de uso social.

Como o operário de Veleiros jamais penetrará neste mercado, o "social" aqui, em oposição radical ao que ocorre em Veleiros, é sinônimo de "society": a mansão só tem valor de uso para os vips. Conseqüência: há originalidades que se permitem — completamente objetiváveis, agora —, mas que não devem ser incompatíveis com o uso requerido a uma casa por quaisquer das famílias "society". Ora, o que podem ser tais originalidades possíveis? Vimos, a vida privada está eliminada. Sobram graciosos jogos de salão, ou talvez uma estufazinha para cultivar suas flores preferidas, as orquídeas parasitas ou, se é intelectual, uma biblioteca para livros reais ou uma galeria para seus primitivos, ou qualquer outro "hobby" do gênero. Tais originalidades, entretanto, se transpirem na organização da casa, de modo algum interferirão no seu eventual uso por outros, mesmo ao contrário, poderão ser somadas às outras manifestações de consumo conspícuo, já que, para o novo proprietário, terão a mesma essência, a inutilidade intrínseca dos gastos honoríficos e suntuosos. Portanto, a originalidade não corromperá sua mercadoria e isto possibilita a concreção de sua aspiração: que a casa seja diferenciadora, particular.

Mas, não basta afirmar-se como parte de uma classe, deseja afirmar-se dentro dela, na hierarquia menor, incluída na maior, como superior aos outros membros.

Uso parcimonioso de um valor de uso de alto valor de troca, retido em sua posse: é a definição de tesouro. Sua casa é uma reserva substancial, posta à margem da circulação. Ouro feito concreto, conhece a alquimia que devolverá o ouro — a venda. O aspecto ostentatório colabora com a função tesouro: porque a ostentação é basicamente a exposição de trabalho inutilizado, mas concentrado. O tesouro em qualquer de suas formas tem valor determinado pelas horas de trabalho médio social posto nele. O objeto suntuário é denso e farto em trabalho coagulado, sem prestimosidade imediata, é verdade, mas sempre procurando pelos aspirantes ao prestígio social. É mesmo seu resultado. Daí, inclusive, o horror, entre eles, a qualquer objeto produzido em série, o que indica, quase sempre, baixo custo unitário, comparado com o artesanalmente produzido. As formas ousadas ou rebuscadas, revestimentos difíceis, caixilhos especiais etc., como arcas, cadeiras e santos velhos, são prova de produção artesanal, com alto dispêndio de força de trabalho e, portanto, valiosas. Porque é suntuária, a casa é excelente acúmulo de riqueza

social, isto é, trabalho. É excelente tesouro, portanto. (Há razões mais determinantes para que o proprietário da mansão a veja como tesouro. Adiante voltaremos a isso).

“O tesouro não tem somente uma forma bruta, tem também uma forma estética”: os objetos, espaços e requintes todos repletos de trabalho social depositado, constituem os componentes da mansão, tesouro suntuariamente exposto. Se o consumo conspícuo procura o que não tem serventia, o tesouro exige o consumo cuidadoso, reduzido. Casamento perfeito: a riqueza reservada está depositada no que não estimula o uso, na inutilidade imediata, que constitui a maior parte da mansão. O entesourador não precisa ter cuidados maiores: como a casa, que fez para si, é fundamentalmente inútil, seu consumo será, forçosamente, mínimo.

E os criados, estas outras corporificações de riqueza, encarregar-se-ão de retocar e arrumar quaisquer desarranjo provocado pelo raro uso.

A sua casa, fruto de sua vontade, feita à sua imagem e semelhança, destinada basicamente a assinalar não somente a sua classe, mas sua posição dentro dela, sua personalidade, sua originalidade, para cuja produção criou equipe a seu gosto, que comandou e submeteu, que fez penetrar na sua intimidade à procura de seus desejos específicos, a sua casa, na parte visível, não o particulariza.

**PARTICULARIZAÇÃO** Nela, representa personagem anterior a si mesmo, mais do que vive. Lá, como em todo tesouro, não é o uso que garante a troca, mas a troca possível justifica o uso limitado. Seu maior valor de uso é o valor de troca contido. No tesouro suntuário do lar — templo burguês — predomina o valor sobre o uso, a forma abstrata do trabalho social puramente quantitativa, sobre a conveniência pessoal. O ser medido, interpretado pelos projetistas, é reflexo animado de suas coisas. Sua intimidade exposta, preferências estéticas, frustrações, hábitos, idiosincrasias, são somente desvios, mais ou menos próximos, da fundamentação de seu ser, a magnitude do próprio capital. Mas a casa híbrida do Morumbi se compõe de duas partes, a visível e a privada. Ora, seria pouco provável que a vida privada não fosse largamente contaminada pela ostentada: seus padrões são apenas pouco menos rígidos do que os públicos. A superioridade a ser provada diante de criados, a ostentação diante dos íntimos, o comportamento tradicional entre os próprios membros da família, enfim, toda a ideologia burguesa comparece também aqui. A estereotipia da família burguesa e seus hábitos internos gera uma configuração estereotipada da parte usável da casa que compõe, não esqueçamos, parte irremovível do tesouro. E o dispêndio conspícuo se aproxima da estereotipia privada pela rigidez anônima de seus conteúdos.

Apesar, portanto, da possibilidade de consecução de todas as idiosincrasias, de todos os prazeres e de todo o conforto, só atravessa a complexa trama do comportamento burguês em relação à sua casa a autoritária presença da riqueza. Há diferenciação: a estereotipia da vida privada, do conteúdo da ostentação, a ausência do prazer possível coexistem com a diferença, isto é, a personificação não se dará através da adaptação do esquema a uma pessoa e sua família, seus hábitos e desejos especiais, mas pela simples variação formal do objeto morado. A casa é marca, sinal, não utensílio particular e sua vinculação a tal proprietário é convencional, isto é, puramente jurídica. A diferença entre duas mansões é a mesma que separa dois capitalistas, tantos NCR\$.

[Ao entesourador] só lhe interessa a riqueza na sua forma social e é por isso que na terra a põe fora do alcance da sociedade [...] Na sua sede de prazer ilusória e sem limites, renuncia a qualquer prazer. Por querer satisfazer todas as necessidades sociais, quase não satisfaz as suas necessidades de primeira ordem.<sup>10</sup>

O capital do proprietário é a mola e a chave deste enigma. Ele possui o poder social acumulado em suas mãos. As forças várias de trabalho e serviços adquiridos nada mais são que a forma nova, agora atuante, de parte deste poder. Só os adquire porque já possuía. Mas é possuidor caracterizado, pois o que faz, a sua mansão, indica que pode isolar parte do que possui da produção e pô-la a seu serviço. Reúne equipe e materiais para atendê-lo e não empreender uma tarefa qualquer. Material e equipe devem servi-lo acompanhando sua especificidade. Ora, o que o define são suas possibilidades diferenciais, o que se pode permitir e outros não, consequência de sua posição na produção. E suas possibilidades diferenciais são todas do mundo, proprietário que é do coringa universal, o ouro. Sua especificidade não é marcada por um ou outro possível, mas pela generalidade de seus possíveis, por suas quantidades e excessos. São tantos que qualquer enumeração não os esgota. Somente sua opulência os exprime, o ouro em excesso. A especificidade do proprietário, o que deve ser atendido, é a mesma causa visível nas dimensões e qualidade da equipe e materiais que adquire, mais-valia ociosa.

Origem da equipe, do material excessivo, o capital sobranete é a alma do proprietário retratado, a estrutura do objeto produzido, a mansão.

A ostentação da riqueza é o mesmo que riqueza excessiva e suas regras – eliminação do útil, do necessário – são meras manifestações de seu núcleo.

<sup>10</sup> Karl Marx. *Contribuição à crítica da economia política*, op. cit., p. 136.

Mas nem todo burguês tem a clarividência do Sr. Rotchild, cujo escudo eram notas de não sei quantos milhares de libras. Há que atribuir uma forma qualquer ao ouro feito concreto. Mas qualquer forma frustra. Sua particularidade estreita nega a universalidade latente no ouro. A forma limita o conteúdo. Mas o conteúdo específico do proprietário, para cuja captação e configuração tanto empenho requintado foi posto, é precisamente aquela universalidade. Na ausência de forma concisa que a expresse, o sucedâneo é a multiplicação de sua especificidade, a neutralidade anônima da riqueza invade sua moradia inteira.

Tudo fez para que a imensa gama de seus possíveis, todos os prazeres do mundo, fosse revelada e concretizada. Mas o triunfo final é de sua externa raiz, a abstrata riqueza impessoal, revelada em cada canto de seu desandado movimento. Gerado pelo capital, é Midas, irrecuperável, reproduz eternamente sua origem. E mora na sua essência: no tesouro.

#### O ESTREITO MERCADO DE MASSA

Deixemos agora os extremos. Motivos diversos nos forçaram seu exame, particularmente a nitidez de posições contraditórias – que coexistem, entretanto, na classe média. O extremo Morumbi pouco nos interessa em si, mas pesa nas expectativas que a pequena burguesia alimenta. O outro, Veleiros, o que mais pede atenção, é, por algum tempo, ainda marginal. Mas hoje, é na marginalidade que se refugia a pouca verdade sobrança. Importa-nos como contraste de amarga autenticidade em meio à pantomima. Examinaremos a mercadoria resultado da construção civil em sua forma mais pura, isto é, onde é produzida em massa para mercado massificado, a produção para o consumo pela classe média.

REVESTIMENTO Todos os padrões de consumo derivam, por gradações perceptíveis, dos hábitos de raciocínio e dos usos da classe social e pecuniária mais elevada, a classe ociosa abastada.<sup>11</sup>

Na Consolação, na Aclimação, na Vila Buarque, os canteiros de obras expõem materiais menos “nobres” que os do Morumbi, se bem que largamente superiores aos de Veleiros ou Caxingui. Dois grandes grupos: os básicos – ferro, cimento, brita, tijolos, tubos galvanizados etc. – e uma boa mostra

dos incontáveis materiais — entre revestimentos e pastilhinhas, tacos, lambris, azulejos, cerâmica, elementos vazados, rodapés, granilite etc. Não têm a “qualidade” do Morumbi, mas são fartos, os de segundo grupo, fundamentalmente. A anarquia da produção é visível, nas suas dimensões: poucos têm medidas compatíveis com as de outros. O tijolo de barro tem 11 centímetros de largura, o elemento vazado 9,5, os ladrilhos e a cerâmica 15, ou 10, ou 12. Os vidros são múltiplo de 5, o caixilho de nada. As madeiras são cortadas em centímetros, a tábua de pinho em polegadas. O sistema métrico predomina, mas a tubulação é fiel à polegada de origem. Os restos inevitáveis frequentemente vão para Veleiros. Abnegados “designers”, arquitetos enchem páginas, anunciando que o módulo existe. Mas o disperso capital constante, posto em máquinas de ocasião, está muito acima destes problemas secundários. Dizem que o operário brasileiro tem baixo rendimento, cerca de 70%. É a raça, também dizem.

A quantidade e diversidade dos materiais de acabamento que se dispõem na construção civil média é altamente ilustrativa da classe média. Faz parte da ostentação da burguesia fugir do padrão, do que é produzido industrialmente. É vulgar.<sup>12</sup> A classe média também se preocupa com a ostentação. Mas o faz nos limites de sua disponibilidade pecuniária menor. Tem que aceitar a industrialização. Ora, assim como a mania da burguesia da colônia é ser burguesia metropolitana — o que faz com que se comporte quase como classe média metropolitana — a mania da classe média é ser burguesia. A burguesia usa produtos artesanais, a classe média os copia industrialmente: fórmica imitando jacarandá, fechaduras coloniais da La Fonte, portas Polidor almofadadas no lugar do portal de igreja, lustres também coloniais da Pelotas etc. Como a própria palavra afirma, a regra do revestir é a máscara e a máscara, no caso, é moldada nas originalidades do Morumbi e reproduzida em série. A máscara não tem originalidade. Logo, a mais precária também serve. Daí várias conseqüências sobre os materiais de revestimento, os básicos, comuns a quase todas as obras, assim como a vida privada a quase todas as classes, não se prestando à ostentação: a) ficam limitados ao poder aquisitivo desta classe, isto implica em pequena produção ou mais freqüentemente em péssima

<sup>12</sup> Aqui, evidentemente. O produto industrializado no estrangeiro serve. Afinal, a burguesia norte-americana é a mais alta classe brasileira. A nossa burguesia pode, portanto, consumir os produtos da classe média abastada de lá. O seu “status” relativamente é o mesmo, descontadas pretensões aristocráticas que se satisfazem com a arca ou o santo velho e a imitação do colonial.

produção, por não atingir quantidade compatível com boas instalações;<sup>13</sup> b) substituem qualidade por efeito, a repetição enfática na propaganda de que são duráveis é a melhor prova de que não são; c) quando são contrafação de produtos industriais que a burguesia importa, justificam o emprego de maquinário velho e já amortizado fora do país, concorrendo vantajosamente com eventuais similares nacionais. Se são patentes metropolitanas baseadas, portanto, em uma tecnologia desenvolvida – que não é e, provavelmente, não será a nossa –, são aqui produzidas em condições inferiores de “know-how”, mão-de-obra, organização de trabalho, equipamentos, matéria-prima etc., são obrigatoriamente de qualidade precária;<sup>14</sup> d) multiplicam-se ininterruptamente, de acordo com os últimos figurinos nacionais, subproduto dos internacionais;<sup>15</sup> e) etc.

É bom lembrar: tais revestimentos são, na maioria, absolutamente dispensáveis do ponto de vista técnico. Raros são objetivamente necessários. Mas consomem de 20 a 40% do orçamento de uma casa ou apartamento – a variação acompanhando os níveis da classe média atendida.

O tema revestimento parece detalhismo de crítica inóqua. Mas examinemos seu papel econômico: em primeiro lugar, dizer que 30%, em média, do capital empregado em construção civil massificada vai para “acabamentos”, em país de imenso déficit habitacional, é caracterizar a irracionalidade nuclear do sistema. A produção da construção representa cerca de 10% do PIB. Destes 10%, metade é de construção civil. Desta metade, 30% é revestimento, isto é, 1,5% do PIB. É muito. Em seguida, este mesmo fato pode ser associado a outro: não há déficit de materiais de construção no Brasil. As indústrias deste setor trabalham com 4,8% de capacidade ociosa, em média.<sup>16</sup>

- 
- 13 Servem como exemplo as primeiras tintas e colas plásticas aqui produzidas. Desde o precursor do Epox, fabricado pelo Sr. Pini, que não conseguia aderir às paredes; e a cola, de belo nome Dupont AE 704, que não cola, às pequeninas indústrias que pululam.
- 14 Exemplos: “pumex” (concreto expandido), “eternit” (fibro-cimento), vidros, louças etc.
- 15 O burguês do Morumbi compra *L'oeil* ou o *Connaisseur*. Importa e copia. A *Casa & Jardim* fotografa e traduz, e disso uma original industrieta de revestimentos pode surgir tranqüilamente. Veja-se azulejo pintado, pedrinhas coladas (a Fulget faliu, passou a moda).
- 16 Vê-se que a recente “crise do cimento” (em 1968) foi artificial. O cartel de produtos, agora sob investigação, fez desaparecer o produto para aumentar o preço.

SETORES	CAPACIDADE OCIOSA MÉDIA %
Vidro	50
Plástico	40
Metal	57
Cimento	59
Cerâmica e olaria	43
Madeira	36
Mármore e granito	51
MÉDIA	48

Dados extraídos do Relatório da Cooperação Industrial para o Plano Habitacional - CIPHSB. Estudo n. 10, vol. II, 1967, p. 264.

A capacidade ociosa elevada, de 4,8%, outra vez relacionada com o déficit habitacional, exprime o que todos sabem: só comparece ativamente no mercado brasileiro de 10 (dizem os pessimistas) a 30 (dizem os otimistas) milhões de pessoas dentro de uma população de 85 milhões de habitantes.<sup>17</sup> Não comparecem ativamente, repetimos, porque, na verdade, comparecem passivamente num imenso exército de reserva de 55 (diziam os otimistas) a 75 (diziam os pessimistas) milhões de miseráveis a garantir baixíssimos salários. Sub-habitação e déficit habitacional de cerca de 9 milhões (850 mil de déficit e 8 milhões de sub-habitações, diz o Relatório citado da CIPHSB, p. 269). Num cálculo efetivamente arqui-otimista:  $8.850.000 \times 5$  pessoas por casa = 44.250.000 marginais, número bem inferior ao otimista. De outro lado, uma capacidade ociosa de 4,8%, ou 1,5 do PIB, em revestimento. Além de exprimir a irracionalidade do sistema, sua monstruosa oligofrenia, revela que o estreito mercado está abarrotado. Subdesenvolvimento doído: ao lado da fome imensa, superprodução acompanhando a morte lenta da maioria nas choças, a publicidade não consegue impingir todas as pastilhinhas ao consumidor saturado. Mas surge o generoso BNH para atender aos milhões de desabrigados. Compreende-se: os industriais de materiais para construção civil devem estar formados com os construtores no mesmo horror, seu ócio se esvai nesta capacidade ociosa. Mas a abundância de materiais superficiais não é somente índice da economia ilhada: os materiais são a base da produção, o receptáculo do trabalho transformador. A produção os transfigura, mas também guarda algumas

<sup>17</sup> Dados da revista *Conjuntura Econômica* de dezembro de 1968, artigo de fundo.

de suas características, as fundamentais sobretudo. O que são transparecerá na obra que os incluir. A maioria é dispensável, concluiríamos, se fizéssemos um exame rigoroso de sua razão de ser técnica. Constituiria trabalho inutilizado não fosse a constituição do consumidor, sempre preparado para consumir qualquer absurdo, desde que preencha alguma função mágica ou compensatória, dita "estética".

O que são estes materiais: produção áspera como qualquer outra em nosso sistema, resultado de trabalho pesado reunido superfluamente em mercadoria de nenhum valor de uso real. Eles escarnecem o hipotético conteúdo humano genérico que deveria animar qualquer trabalho e o atendimento de necessidades objetivas. Somente o trabalho que preenche lacunas reais pode pretender a dignidade em sua definição. É bem verdade que na produção capitalista nenhum trabalho atinge esta dignidade, está sempre distante, é mediato, imposto, em si aleatório. Mas em nenhum local se espelha com tanta nitidez a indiferença direta pela utilidade, a sua estima somente como trabalho social médio, como valor (de troca) perseguido na mercadoria, que nas ocasiões em que sua função preenchedora de carências reais inexistente ou é muito tênue. Aí o sistema aparece em sua nitidez pornográfica, capital fornicador em gestação permanente, que aniquila os pais desconhecidos que o semearam e só quer filhos para alimentar-se. Sem finalidade, o trabalho, puro denominador comum, é apreciado por sua quantidade. Emprega o produto de sua vacuidade que ressurge, como contraponto obrigatório, na aparvalhada indecisão do consumidor, ciscando nas banalidades do pseudogosto, motivações para o gratuito.

Contraditoriamente, estes produtos de núcleo vazio, consumidos pela aparência, na obra nada importam enquanto exterioridade, sua razão está na sua essência. Pois, o trabalho coagulado nos produtos será aí empregado precisamente: na mascaragem do trabalho significativo. Tudo se passa como se fosse questão de gosto. Mas que gosto? O gosto hoje está morto, não há mais subjetividade livre que o sustente, nota Adorno.<sup>18</sup> Agora é sinônimo de reconhecimento, re-afirmação, principalmente na classe média: importa

---

18 Ver Theodore W. Adorno, "O fetichismo na música e a regressão da audição", em *Os pensadores: Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1980. "O próprio conceito de gosto está ultrapassado [...] já não há campo para escolha; nem sequer se coloca mais o problema, e ninguém exige que os cânones da convenção sejam subjetivamente justificados; a existência do próprio indivíduo, que poderia fundamentar tal gosto, tornou-se tão problemática quanto, no pólo oposto, o direito à liberdade de uma escolha, que o indivíduo simplesmente não consegue mais viver empiricamente [...] Ao invés do valor da própria coisa, o critério de julgamento é o fato de a canção →

para o gosto contemporâneo reencontrar as normas do status, repetir os sinais convencionalmente acumulados pela maciça interiorização. Tudo se passa como se fosse questão de gosto, mas é problema de segurança nacional. Por baixo dos revestimentos há concreto, colunas, vigas, lajes, tubulações. Há técnica e a simplicidade tosca da estrutura calculada. Há indicações sóbrias de compromissos com a estática, com a resistência dos materiais, com a racionalidade enfim. E, associado a esta racionalidade, as marcas precisas do trabalho necessário, do empenho, do esforço, da habilidade do operário. O homem aparece no que faz, não se desfaz na aparência do que fez: sua mão e sua inteligência, sua sensibilidade complementar deixam marcas que não permitem ilusões.

Por baixo dos revestimentos a obra revela densa cooperação entre necessidade, racionalidade, trabalho em pureza despreocupada. Mesmo o espaço absurdo levantado não destrói o impacto inevitável desta revelação: muito da profunda exaltação que a visão do conjunto de Marselha de Le Corbusier provoca vem da inequívoca presença do trabalho que a obra conserva, independentemente do conhecimento de seu desenho interno. A estética de Le Corbusier é, praticamente, a didatização da técnica, do processo de trabalho, as práticas efetivas das sólidas relações entre a necessidade estrutural, construtiva e de uso em suas reais dimensões.<sup>19</sup> A densidade expressiva do concreto aparente (do concreto realmente aparente como Artigas emprega na casa Bitencourt e não do concreto bem arranjadinho da moda) é consequência da finalidade com que registra o modo de execução, os azares, a matéria resistente amoldada a um projeto racional, a cooperação entre a força física e o domínio intelectual, a finalidade evidente.

Ora: o revestimento não é questão de gosto – ao mesmo tempo, é comum a todas as casas. Curioso: este componente aparentemente desnecessário não é suprimido, como fariam se pudessem com a vida privada aos que procuram a distinção social. Sua variação superficial é pequena se descontarmos diluídos intervalos que separam a massa corrida do reboco, o artesanal da contrafação industrial, ao passarmos de classe para classe. A semelhança que aproxima todos os revestimentos é mais forte que as oscilações que os distinguem. Não servem, portanto, a não ser em casos excepcionais ao tesouro exposto. Logo,

---

→ de sucesso ser conhecida de todos; gostar de um disco de sucesso é quase o mesmo que reconhecê-lo. O comportamento valorativo tornou-se uma ficção para quem se vê cercado de mercadorias musicais padronizadas." (p. 165).

<sup>19</sup> Ilusão, ver "Desenho e o canteiro na concepção do convento de La Tourette", pp. 214-21 desta coletânea. [Nota do autor em 2005]

devem corresponder ao que é comum às casas da burguesia da classe média: à forma mercadoria, simplesmente.

**FETICHE** À primeira vista, a mercadoria parece uma coisa trivial, evidente.

Analisando-a, vê-se que ela é uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas. Como valor de uso, não há nada misterioso nela, quer eu a observe sob o ponto de vista que satisfaz necessidades humanas pelas suas propriedades, ou que ela somente recebe essas propriedades como produto do trabalho humano. É evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil. A forma da madeira, por exemplo, é modificada quando dela se faz uma mesa. Não obstante a mesa continua sendo madeira, uma coisa ordinária física. Mas logo que ela aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica. Além de se pôr com os pés no chão, ela se põe sobre a cabeça perante todas as outras mercadorias e desenvolve de sua cabeça de madeira cismas muito mais estranhas do que se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa.<sup>20</sup>

A mercadoria, para continuar seu reinado, esconde o que é e toma emprestado o que não é. Esconde as relações humanas de que é pura intermediária e faz parecer as relações humanas como conseqüência de sua autônoma movimentação. Adquire ares de independência. O valor, reflexo do trabalho social genérico, se transforma em sua propriedade intrínseca.

É fetichismo da mercadoria o nome destes seus "bizarros caprichos".

Esta inversão, plenamente justificada pela aparência do mercado, tem importante função entretanto. Pois é ela que permite as fabulações da forma mantenedora do sistema. Ela alicerça a falsa a-historicidade da forma mercadoria, pois o valor e suas leis surgem como propriedades naturais das coisas e não como dos modos transitórios das relações humanas.

Sua importância é tal que, na proporção mesma em que o sistema se desagrega, a mercadoria faz ginásticas para não mostrar que é produto do trabalho humano, e persegue a aparência dos objetos naturais ou de objetos resultado dos processos industriais afastados de qualquer presença humana. "Argúcias teológicas". Daí este desenho exato, de geometria perfeita moldada em irrepreensíveis superfícies metálicas dos produtos mais avançados, tipo Ulm e Cia. Procedentes de misteriosa e sobre-humana tecnologia, não têm

porque temer o desmascaramento: não há homens na sua vizinhança. Ora, por trás do revestimento, vimos, há sinais embaraçosos de sua indubitável presença. Mesmo difuso e freqüentemente atabalhado, o registro das mãos do operário incomoda a periclitante paz do consumidor, cria problemas de consciência, pois levanta perguntas a respeito dos anônimos e repelidos autores do tesouro apropriado.

E isso é absolutamente daninho ao sistema. Num tempo em que as coisas definem o homem, revelar que as coisas encobrem relações humanas é subverter a ordem. Há que apagar o trabalho revelador, e para isto nada melhor que o trabalho inútil, o revestimento. A essência do revestimento é magnificamente adaptada: nele o homem operário está ausente, só comparece a força de trabalho abstrata a depositar valor nos materiais inúteis. Necessidade, carência, finalidade objetiva, estes móveis de trabalho humano significativo já faltavam na sua produção. A palavra mesma diz: revestir, cobrir o que já está completo, mascarar. Ou a outra, acabamento, com suas ressonâncias fúnebres. O revestimento que fantasia cada classe de suas aspirações é o mesmo que encobre as marcas das razões que fundamentam a mascarada: a alienação do produto da força de trabalho alienada. Voltaremos ao tema.

MANUFATURA A areia, a brita são descarregadas. Um servente organiza os montes no canteiro; outro transporta parte para o ajudante de pedreiro que os mistura com cal ou cimento, trazido do depósito por um servente diferente; o quinto põe a argamassa em latas ou carrinho; leva ao pedreiro que assenta tijolos, reboca, fixa ou preenche uma fôrma, assistido por seu servente que carrega o vibrador ou recolhe o excesso caído.

Em cima, o carpinteiro prepara outras fôrmas com a madeira empilhada perto, depois de caminho semelhante ao da argamassa com seus ajudantes e serventes. O armador dobra as ferragens assistido do mesmo modo, e, por toda a obra, vidreiros, marceneiros, pintores, eletricitas, encanadores, impermeabilizadores, taqueiros, faxineiros, sempre acompanhados de serventes e mais serventes. Divisão miúda do trabalho, em cada etapa, divisão hierárquica de funções. Pás, picaretas, talhadeiras, colheres, desempenadeiras, baldes, varas, prumos, metros, níveis, linhas, serrotes, goivas, formões, enxós, martelos, escadas, brochas, soldadores, rosqueadores etc. etc. Instrumentos rudimentares adaptados às operações diversas. Raramente, uma betoneira, um elevador, um guincho, um vibrador, uma serra elétrica, uma raspadeira. Poucas máquinas de função auxiliar nas tarefas mais pesadas, nenhuma operatriz. Um mestre transmite instruções, organiza a cooperação, fiscaliza, impede demoras, aperta: é, também, feitor. Caracterizamos a típica manufa-

tura serial. Simplesmente, na construção civil, a manufatura é deslocada, não seus produtos.<sup>21</sup>

A maquinaria específica do período manufatureiro permanece o próprio trabalhador coletivo, combinação de muitos trabalhadores parciais.<sup>22</sup>

Uma quantidade enorme de operários subdividem as funções motora e operacional. A força do servente alimenta a operação manual do pedreiro carpinteiro, armador ou qualquer outro. O objeto imenso, o utensílio abrigo em massa nasce em dezoito a trinta meses gerado pela energia pura do servente, a habilidade tosca dos semi-qualificados acompanhando as ordens do projeto. Coluna e viga moldadas em tábuas individualmente, apesar de iguais, sustentam milhares de tijolos diariamente acumulados; formando as figuras desenhadas no projeto, tudo encapado, alisado, para parecer rigorosamente produzido. Caixilhos, vasos, tubos, portas, tacos um a um, transportados, encaixados, amarrados, adaptados, disfarçados. A força de trabalho, meio de produção mais barato, é abundante, cria a massa uniforme de moradias com técnica retrógrada. A produção massificada dos alveolozinhos particulares é feita pela exploração em massa da energia individual.

A produção não se destacou, ainda, de seus fatores humanos, não adquiriu a independência da linha de montagem automática e mecânica.

Seu núcleo é o trabalhador coletivo, trabalhadores individuais em cooperação.

**DIVISÃO DO TRABALHO** A divisão do trabalho, mais do que as exigências do produto, segue as conveniências dos produtores próximos. Assim, cada etapa da obra pressupõe outra terminada, os serviços se sucedem no tempo. Há que terminar as tarefas do pedreiro, antes que encanadores e eletricitistas entrem na obra. A

21 O processo da construção civil é complexo, havendo combinação da manufatura serial com a manufatura heterogênea e a indústria. Por exemplo: há sinais da manufatura heterogênea na sucessão das várias etapas, quando saem os pedreiros da obra e entram os pintores, ou ainda quando peças produzidas fora do canteiro são montadas na obra (caixilhos, armários, etc.). Os produtos industrializados também comparecem, ou como matéria prima (ferro, cimento) ou como peças a serem incluídas na obra (metais, ferragens, louças de banheiro, luminárias, etc.). A produção no seu conjunto, ou no interior de cada etapa, entretanto, é predominantemente do tipo da manufatura serial. E o que caracteriza a forma de produção da construção civil é sua forma dominante, e não a do componente mais avançado técnica e historicamente.

22 Karl Marx, *O capital*, op. cit., v. 1, t. 1, p. 275.

simultaneidade raramente é possível e as várias equipes se alternam, e cada uma deve completar seu serviço de uma só vez. A divisão de funções, quando é estabelecida no projeto, responde a este princípio econômico. Ora, daí surgem várias conseqüências. Em primeiro lugar, o gênero de divisão do trabalho. Na indústria, a divisão é guiada pelo processo objetivo de produção determinado pela linha de montagem mecânica. O que a determina são as necessidades complementares da máquina, aqueles fatores de produção ainda não automatizados, ou que requerem escolha, decisão, etc. Ao contrário, na manufatura, o determinante é a destreza, a habilidade e a quantidade de trabalho compatível com a unidade de produção, o operário, dada uma velocidade do processo geral.

A divisão não é mais a do tradicional ofício, um campo de técnica diferenciada. É como se houvesse subdivisão destes ofícios — mas guardando uma característica sua, a condensação de habilidades parciais no indivíduo, não exteriorizada na máquina. A condensação é menos ampla que no ofício — a repetição constante das mesmas operações parciais dispensa a generalidade implícita nele. As equipes — e conseqüentemente em maior escala o operário — se especializam em etapas parciais.

Cada etapa é reduzida às suas formas mais simples e o ideal sempre procurado é o de absoluta autonomia. Os incontáveis choques entre estas etapas — encanadores quebrando o serviço do pedreiro, o azulejista o do encanador, o colocador de peças e de portas, etc. — se origina nesta tendência de autonomia e economia das partes. (Tendência, aliás, que encontra poderosa resistência, em conseqüência do fetiche-residência, que exige a aparência do não produzido). A própria organização do trabalho favorece esta autonomia, pois uma equipe sai quando a outra entra, seu contato mútuo é mínimo, e praticamente só se realiza pela mediação do mestre. Ao contrário da manufatura habitual, aqui o trabalhador coletivo não chega a formar uma totalidade orgânica, mas a totalização é função de um operário específico, o mestre.

Há, portanto, incompatibilidade entre a divisão manufatureira do trabalho e a que requer a industrialização. Aqui, não haveria razões fundamentais para a não superposição das etapas atualmente distintas e sucessivas. Encanadores, pedreiros e eletricitistas poderiam estar presentes em torno de determinada peça produzida ininterruptamente.

À sucessão substituiria a simultaneidade. Além disso, seguramente a divisão de trabalho seria acentuada, completando a decomposição dos ofícios iniciada pela manufatura: a atual semi-qualificação tenderia à desqualificação e à acentuação da separação entre as tarefas de pensar e as de fazer. Não haverá, portanto, passagem espontânea, orgânica e contínua da atual técnica construtiva para a indústria da construção. Será necessária a interferência de fatores externos.

Mas a própria manufatura atual não apresenta seu melhor rendimento. Entre suas virtualidades técnicas e de eficácia, e sua atuação presente, interferem as inúmeras determinações da mercadoria que produz.

A necessidade falsa de pseudo-individualização pela posse do objeto diferente, o fetiche da mercadoria e a aparência de não produzida geram "poros" enormes na produção. A diferenciação inútil e parcialmente formal reclama uma contínua adaptação das equipes às pequenas mutações e, conseqüentemente, gasto de tempo na compreensão dos desenhos específicos. A falsa aparência exige cuidados suplementares que nada têm a ver com o produto mesmo. Por outro lado, a estrutura urbana de lotes desiguais, o próprio sistema de propriedade privada do solo e a subdivisão anárquica dos negócios impõe deslocamentos, distâncias, arranjos, atrasos, etc., todos geradores de novos "poros" a diluir a já precária racionalidade da manufatura da construção civil.

A técnica disponível na construção civil massificada é toda a técnica do mundo absorvida e aplicável. Métodos testados, aprovados, garantidos, entretanto, só são incorporados em empreendimentos excepcionais e se difundem estrebuchando, vencendo a imensa inércia sintomática. A aplicação de um progresso técnico a um ramo da produção depende de vários fatores, o mais anêmico sendo o gênio ou generosidade do empreendedor e os fundamentais o mercado, o sistema, as condições da força de trabalho e o meio de produção.

Enquanto houver a possibilidade de venda de um produto produzido com meios arcaicos baseados na força animal, o que significa, enquanto não for imposto pelas regras da concorrência a redução do valor da unidade produzida, não haverá progresso. O capital faz avançar as forças produtivas mas "na marra" e a contragosto. Por que se arriscariam os capitalistas se, com o "know-how" adquirido, hábitos depositados, equipamento amortizado, administração e operários com comportamento conhecido e controlado produzem e vendem? Para que tentar e ousar temerariamente?<sup>23</sup> Além disso, a indústria-

---

23 Experiência própria. Há alguns anos o IPESP pretendia financiar integralmente a construção de 7 mil unidades habitacionais em Cotia. A população urbana de Cotia era, então, de quatro mil habitantes, a nova cidade-dormitório teria de 30 a 35 mil habitantes. O projeto permitia a pré-fabricação total ou parcial. Cálculos feitos na ocasião provaram que os empreendedores, financiados pelo IPESP, isto é, sem aplicar o próprio capital para instalar uma indústria de pré-fabricação, obteriam, ao final, a mesma massa de lucros que a obtida pelo processo tradicional de construção e mais a dita indústria totalmente amortizada. Apesar de o risco ser essencialmente do IPESP, a proposta de pré-fabricação foi rejeitada. A construção seria a "provada e testada tradicional, que evitava aventuras no desconhecido". Note-se: tratava-se de uma das maiores construtoras paulistas, famosa por sua eficácia e modernidade.

lização, o avanço tecnológico e da produtividade do trabalho introduz condições bem conhecidas: embora diminua a manutenção da força de trabalho, possibilitando delicioso aumento na taxa de sua exploração, aumenta a composição orgânica do capital, diminuindo crimosamente a taxa de lucro. A máquina substitui operários, e, como o lucro vem da força de trabalho não-paga e não da máquina, freqüentemente é preciso aumentar a produção, complicar a administração, etc. para produzir o mesmo lucro absoluto (massa de mais-valia) para um capital maior (com conseqüente diminuição da taxa de lucro).

Esta resistência é mais operante na manufatura do que na indústria. Dentro de determinados limites, a indústria é obrigada a avançar: aplica capitais em máquinas, por vezes custosíssimas, e a cada substituição imposta pela usura escolhe as mais avançadas, de maior produtividade. As novas máquinas, aplicadas por uma indústria, penetram necessariamente nas outras do mesmo ramo e nas dependentes, forçadas pela concorrência, impiedosa coveira da "lua de mel" da primeira. A manufatura aplica seu capital somente em matéria-prima, pouquíssimas máquinas auxiliares para trabalho excessivamente pesado e muita força de trabalho. A base da manufatura é, ainda, o trabalhador coletivo, isto é, trabalhadores em cooperação. E trabalhador, força de trabalho, é sempre o mesmo, ou melhor, sua produtividade decresce com as gerações, na mesma proporção de permanência de sua exploração, para tristeza dos tayloristas.<sup>24</sup>

A única possibilidade de avanço automático fica restrita às máquinas auxiliares.

Paulo Bruna, em trabalho publicado pela FAUUSP,<sup>25</sup> analisa o surgimento da industrialização da construção civil em alguns países da Europa depois da Segunda Grande Guerra e aponta os seguintes pré-requisitos:

A) necessidade de reconstrução das moradias destruídas pela guerra, isto é, déficit habitacional sério;

B) poucos capitais disponíveis, dada a prioridade de aplicações dirigidas para setores básicos que também necessitavam reconstrução;

<sup>24</sup> A respeito da progressiva decadência da força de trabalho motivada pela fome crônica e a sub-alimentação prolongada por gerações, ver as obras de Josué de Castro, principalmente *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1948 e *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Brasiliense, 1965.

<sup>25</sup> Posteriormente editado pela Perspectiva, em 1976, com o título *Arquitetura, industrialização e desenvolvimento*. [N.O.]

- C) poucos materiais e equipamentos, também prejudicados pela guerra;
- D) urgência na superação do déficit habitacional; e
- E) carência de mão-de-obra, guerra outra vez.

Ora, no Brasil valem integralmente os itens a) e b): déficit habitacional imenso (somos quase campeões mundiais) e pouquíssimos capitais. Quanto aos materiais, há excesso (vimos: 48% de capacidade ociosa em 1967) mas, como nota o relatório da CIPHSB mencionado, insuficientes se tivermos em vista o nosso déficit. Equipamento quase inexistente. Temos que reconhecer que não há urgência na superação do déficit habitacional: o operário que more onde puder.

Entretanto, o pré-requisito que mais distingue a nossa situação da européia do pós-guerra é o relativo à mão-de-obra.<sup>26</sup> Há excesso de mão-de-obra, sempre houve: candango não falta. Principalmente hoje: um dos cuidados maiores do nosso governo, sabemos, é manter exércitos e, com especial carinho e silencioso pudor, o exército de reserva de mão-de-obra — desarmado, lógico. O combustível básico da manufatura está garantido numa quantidade e a um tal preço que dispensa quaisquer preocupações quanto à sua substituição.

Somente pressionado por violento empanturramento do mercado restrito às faixas superiores, à classe média alta, poderíamos esperar alterações significativas na construção civil. (Perdão, há uma alternativa: um gringo construtor qualquer, forçado a substituir suas máquinas na metrópole pelas razões vistas, pode, a qualquer momento, desembarcá-las em Santos, aliando-se ao nosso progresso). Mas, antes que isto ocorra, já foram providenciadas medidas preventivas: o BNH foi criado.

Com a possível aproximação da crise no mercado imobiliário normal, isto é, de classe média abastada, aproveitando a grita que o socialismo pequeno-burguês sempre desenvolve, desde Proudhon, em torno da habitação operária e suas precárias condições, como se fosse mal isolado de todos os outros da condições proletária, este organismo surgiu. Oportunamente: permite sugerir generosas intenções e, ao mesmo tempo, afastar as manchas de denúncia das favelas. Afastar, não apagar.

---

<sup>26</sup> “Nos países ditos ‘subdesenvolvidos’ [...] a abundância e o preço baixo da mão-de-obra não incitam a substituí-la por um equipamento muito custoso, exigindo, além disso, quadros de direção e de vigilância de alta tecnicidade”. Georges Friedmann, *Le Travail en Miettes*. Paris: NRE, 1964, p. 210.

É do interesse da burguesia dissimular a existência de um proletariado criado pelas condições da produção capitalista e que é indispensável à sua manutenção.<sup>27</sup>

Mas, deixemos as intenções. Importa aqui o fato de o BNH criar, com os recursos extraídos do operariado pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, um imenso mercado novo e relativamente artificial de classe média-média. (É bom lembrar: apesar das ofertas, quase não houve sindicato de trabalhadores que conseguisse formar cooperativas habitacionais. Os operários não suportariam as condições do “financiamento” feito com seus próprios recursos do Fundo). Sintomaticamente, os imensos recursos, que facilmente equipariam indústrias suficientes para a superação real do déficit habitacional em poucos anos, com qualidade, são redivididos, encaminhados a grandes empreendedores e construtores. Os quais, com a garantia do “desenvolvimento do nosso subdesenvolvimento”, de nenhum gringo à vista com suas máquinas usadas, e da impraticabilidade de nova gloriosa guerra com o Paraguai, espalham, em doses homeopáticas, em salutares e tênues despenhadeiros, suas casinhas, impulsionando com novo vigor o absurdo e desumano processo tradicional da construção civil.

Mas há razões mais determinantes para a tranqüilidade na contradição dos que discursam desenvolvimento e estipulam processos arcaicos de produção. Antes de mencioná-las, entretanto, há que examinar o combustível: o operário da construção civil.

FORÇA DE TRABALHO A manufatura móvel que constitui a construção civil emprega operários que podem ser reunidos em três gêneros: um pequeno

---

27 Friedrich Engels, *A questão da habitação*. São Paulo: Acadêmica, 1988, p. 38. Neste mesmo trabalho de Engels, coletânea de artigos que escreve contra o proudhoniano A. Mulberger, são examinadas as relações entre a questão da moradia operária, vista como flagelo isolável dos demais problemas do proletariado e o socialismo pequeno-burguês. Engels demonstra, ao contrário, que “os focos de epidemias, os mais imundos porões nos quais, noite após noite, o modo de produção capitalista encerra nossos trabalhadores, não são eliminados [pelos BNHs daquele tempo] mas apenas... mudados de lugar! A mesma necessidade econômica os faz nascer aqui como lá. E, enquanto subsistir o modo de produção capitalista, será loucura pretender resolver isoladamente a questão da habitação ou qualquer outra questão social que diga respeito à sorte dos operários. A solução reside, sim, na abolição deste modo de produção, na apropriação pela própria classe operária de todos os meios de produção e de existência.” F. Engels, op. cit., p. 66.

grupo de semi-oficiais, seus ajudantes e grande quantidade de serventes. Na proporção de 30% dos dois primeiros grupos para 70% do último (informação do Senai).

A manufatura desenvolve uma hierarquia das forças de trabalho, à qual corresponde uma escala de salários.<sup>28</sup>

O sindicato patronal da construção civil em São Paulo forneceu os seguintes dados sobre salários horários, no ano de 1968,<sup>29</sup> que ilustram a composição e a hierarquia dos três grupos:

MÉDIA DE SALÁRIOS HORÁRIOS EM NCR\$ EM 1968

FUNÇÃO	JULHO	OUTUBRO
	SETEMBRO	DEZEMBRO
Pedreiro	1,02	1,06
Ajudante de pedreiro	0,71	0,71
Carpinteiro	1,08	1,11
Ajudante carpinteiro	0,77	0,77
Armador	1,03	1,06
Ajudante armador	0,75	0,73
Servente	0,58	0,58

Os serventes, cuja ocupação é ser pura energia física auto-movente, são altamente instáveis, trabalhando dias, meses, raramente anos em uma obra e numa empresa. Último dos empregos, salário-mínimo, nenhum direito trabalhista respeitado, sua posição é disputadíssima: constitui ponto privilegiado de pressão do exército de reserva de força de trabalho. A manufatura particular, seguindo seus cronogramas e gráficos "Pert" contrata e descontrata ininterruptamente os operários desta área sem preocupações, pois sabe que a oferta é

28 Karl Marx., *O capital*, op. cit., v. 1, t. 1, p. 276.

29 O salário horário médio do servente (NCR\$ 0,58) corresponde ao salário mínimo, aproximadamente. Os semi-oficiais portanto, recebem menos de dois salários mínimos mensais. Segundo informações do DIEESE, o salário médio do operário da construção civil, em 1968, foi de NCR\$ 182,52 (Boletim citado).

maciça a qualquer momento com a vantagem suplementar de escapar às leis trabalhistas mais facilmente. Além disso, a mobilidade é reforçada pelo comportamento do próprio servente: restrito às tarefas primárias para as quais nenhum aprendizado é necessário, mas sempre se vendendo como "ser em transição", impossibilitado, portanto, de aumentar o valor de sua força de trabalho pela aquisição de maior qualificação no próprio trabalho, procura realizar um valor maior para sua força de trabalho desqualificada deslocando-se entre setores e ramos de produção.<sup>30</sup> Ora, objetiva e subjetivamente instável, sem nenhum laço forte ou interesse específico em relação à construção, lá só permanece enquanto sua animalidade, sua força, serve. A radical negação de sua humanidade no trabalho impede qualquer vinculação não contratual com ela ou com o ramo. Constitui, assim, o operário-padrão, somando à alienação objetiva dos produtos de seu trabalho a alienação subjetiva com relação à produção específica em que está envolvido.<sup>31</sup>

Os outros operários têm funções específicas na obra. Estas, entretanto, são parte de ofícios decompostos: por exemplo, não há um oficial que trabalhe madeira em geral, nas empresas médias e grandes. Há o carpinteiro para as fôrmas de concreto, o especialista em tesouras e coberturas, outro em escadas que não rangem, o marceneiro que faz armários, outro caixilhos, o colocador de pisos de tábuas, o taqueiro, o aplicador de lambris, etc. A divisão do trabalho desta manufatura móvel fragmenta os campos tradicionais, ainda visível em casos mais restritos nas pequenas empresas. Note-se que esta semi-qualificação é distinta da semi-qualificação industrial. Neste, o conhecimento adquirido no manejo do maquinário é generalizável em muitos casos dentro de certos limites tecnológicos. Permite a ampliação e a transladação sem maiores dificuldades. Entretanto, a semi-qualificação de alguns operários da construção civil é intransferível para outros campos da produção — e a própria industrialização do setor imporia a formação renovada, a experiência da manufatura sendo praticamente inútil.

Cada operário deste grupo torna-se senhor de uma fragmento ou seqüência limitada de fragmentos de um ofício, num movimento de decomposição e não de composição. Desenvolve sua destreza até o virtuosismo, economizando gestos, aperfeiçoando "macetes", selecionando instrumentos, misto de acordo das recomendações já meio arcaicas da *scientific management* com a regrinha do *speed as a skill*, dos tayloristas.

30 Ver a respeito, Luiz Pereira, op. cit. cap. IV, particularmente.

31 A dispersão imensa do "baixo" operariado da construção civil impede, entretanto, sua organização. É baixíssima sua participação nos sindicatos dos trabalhadores da construção civil.

Compensam com a habilidade particularizada a extensão perdida do ofício.<sup>32</sup>

A unilateralidade e mesmo imperfeição do trabalhador parcial tornam-se sua perfeição como membro do trabalhador coletivo.<sup>33</sup>

Mas, mesmo amputado, vê o produto como realização com a qual tem a ver pessoalmente. A maneira de produzir, arcaica e pré-industrial, exige contato direto com a matéria a que dá forma, sem a mediação distanciadora da máquina. São suas mãos, e mais um instrumento primário, pá, colher, prumo, que organizam, equilibram, levantam; durante um, dois anos acompanha a obra, trabalha-a – e passa a se ver presente, tenuemente, é verdade, na própria corporificação de sua exploração. Esta visão não é pura ilusão: de fato, a matéria informe só adquire forma através de seu esforço pessoal, de sua habilidade continuamente aplicada. Mas esforço e habilidade só são exercidos quando não se pertence, quando é assalariado, força de trabalho de ações impessoais, abstratas, frias. Operário e capital coexistem com a presença frágil de meia-objetivação, exigida pela forma primária de produção. O contraste dá mais cor e peso à exploração: o processo necessita que permaneça atento e sensível, senhor de seus poucos gestos específicos, que seja sujeito, limitado mas ativo e hábil, durante o tempo mesmo em que é pura mercadoria, útil enquanto para si é valor de troca, objeto das determinações do mestre, sempre preservando o que levanta, apesar de estar sempre levantando sua própria negação encarnada.

O semi-oficial, dono de reduzido campo tem com ele laços mais determinantes que a fugaz sensação de realização suspensa, pois sua ocupação parcelada é que lhe garante sustento e salário pouco maior que o mínimo, representando semi-qualificação que aumenta o valor social de seu trabalho. Sua minúscula reserva é sua vinculação única com um pouco mais de humanidade: sua alimentação supera levemente a do ajudante. Há resquícios de gente no que faz. Desapareça sua função, superada por algum progresso, e seu horizonte é o retorno ao subsolo dos serventes. Há que prezar, valorizar, defender o que faz. Mistificar mesmo, envolvendo de mistérios e imputando-lhe sabedoria tradicional, adquirida em anos de prática segura. A qualquer inovação, instintivamente reage: a mudança, ameaçando seu domínio inelás-

32 A portaria 1.005 de 23/9/1964 do Ministério do Trabalho acompanha, de certo modo, a decadência tecnológica do trabalho na construção civil, reduzindo as ocupações sujeitas a aprendizado neste campo de 68 para 37 e diminuindo para estas o tempo de aprendizado.

33 Karl Marx, *O capital*, op. cit., v. 1, t. 1, p. 276.

tico, pode ser sinônimo de carência.<sup>34</sup> O operário semi-qualificado da construção civil, como consequência do modo arcaico de produção manufatureira, é tecnicamente conservador,<sup>35</sup> como defesa passiva de sua subsistência. Nisto, o operário da construção civil difere dos de outros setores industrializados. A pressão operária para maior qualificação de seu trabalho, o que acresceria seu valor social, é generalizada. Entretanto, há ramos da produção em que esta pressão é aleatória por não comportar, estruturalmente, avanços tecnológicos significativos e, portanto, não requererem maior qualificação do trabalho. A qualificação promovida pelos empresários corresponde à complexidade crescente do ramo. Na construção civil, a melhor situação superior almejada e objetivamente possível para alguns poucos operários é a dos mestre autônomo, o empreiteiro. (Daí a grande quantidade de pequenas empresas, que representam, segundo o DIEESE, mais de 70% do total). Ora, limitado quanto aos recursos empregados, tem na defesa dos processos manuais tradicionais a garantia de sua possibilidade de ascensão social.

34 Houve tempo em que o concreto aparente não era moda e tinha razão de ser: razão econômica. Seu emprego, entretanto, atraía forte reação. Dos proprietários, para os quais o concreto aparente aparentava economia — no que acertavam — corrompendo o efeito “estético” que o gasto conspícuo sempre produz na burguesia. E dos operários, que temiam a inovação: sujeira era deixada nas formas, ferros pressionados para aparecerem, tintas ou batidas intencionais procuravam impedir a permanência do concreto aparente. Sabotagem mesmo. Com o tempo, virou moda, o operário teve que se submeter. E até aproveitou: hoje é uma nova especialidade para o operário que já consegue reproduzir perfeitamente, lisinho-lisinho, as graciosas filigranas dos projetos. E, como consequentemente ficou bem caro, destruindo sua intenção original, pode ser incorporado avidamente ao Morumbi: tornou-se “estético”.

35 Tecnicamente conservador, não politicamente. Aliás, o Sindicato dos Operários da Construção Civil sempre foi, enquanto existiam sindicatos, dos mais ativos. Isto ganha maior significado se lembrarmos novamente que o servente é pouco sindicalizado: o sindicato reúne semi-qualificados e ajudantes. O apego estruturalmente requerido do operário por sua habilidade particular, ao produto desta habilidade, retrógrado tecnicamente, o faz sentir com amargura e revolta mais nítidas a apropriação de seu trabalho pelo capital. “Uma vez que a habilidade artesanal continua a ser a base da manufatura e que o mecanismo global que nela funciona não possui nenhum esqueleto objetivo independente dos próprios trabalhadores, o capital luta constantemente com a insubordinação dos trabalhadores.” K. Marx, *O capital*, op. cit., v. 1, t. 1, p. 276. Daí, inclusive, a importância nas obras do mestre, que sempre associa ao seu papel técnico as funções de guarda e zelador dos propósitos do capital contra a insubordinação operária.

Vimos: tanto o capitalista – o empreendedor imobiliário, o construtor, o incorporador ou qualquer outro nome sob o qual se disfarce – quanto o operário semi-qualificado têm um interesse comum (milagre): conservar, manter enquanto for possível. O processo de produção da construção civil, no Brasil, é intrinsecamente propenso à sua própria manutenção. É óbvio, entretanto, que os interesses que se somam têm pesos diferentes pela própria posição no processo de produção. O interesse do operário é, praticamente, não determinante. Seria pura redundância repetir aqui toda a imensa carga de desumanização e subserviência que representa o trabalho sob o capital.<sup>56</sup> No sistema capitalista, o capital, que se interpõe entre o trabalhador e os meios de produção, únicos fatores da produção, é todo poderoso. O conservadorismo da construção civil é, portanto, resultado de sua produção manufatureira sob o domínio do capital.

A indústria moderna nunca encara e nem trata a forma existente de um processo de produção como definitiva. Sua base técnica é, por isso,

---

36 A respeito, entre a imensa bibliografia, ver: K. Marx, *O capital*, op. cit., t. 1; K. Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2004; G. Friedmann, *O trabalho em migalhas*. São Paulo: Perspectiva, 1972. Do operário, Taylor exige, sintetizando o comportamento do capital, “não produzir mais por sua própria iniciativa, mas executar prontamente as ordens dadas nos menores detalhes.” F. W. Taylor, *La direction des Ateliers*, Paris: Dunod 1930, p. 137. Na manufatura ou mesmo na indústria sob o capitalismo, tudo o que é coletivo – mesmo a produtividade maior do trabalho, fruto de sua divisão e da cooperação dos trabalhadores – é atribuído ao capital, quer haja ou não verdade nisso. Organização, planejamento, decisões são funções que a todos envolvem e, “naturalmente”, direito do capital. Logo, a força conservadora do capital investido na manufatura é infinitamente superior à do operário. Num trecho dos “Grundrisse”, apresentado como introdução ao Livro II do Capital, diz Marx: “Sejam quais forem as formas sociais da produção, trabalhadores e meios de produção continuam sempre seus fatores. Mas uns e outros só o são em potencial quando estão mutuamente separados. Para que haja produção ao todo, eles precisam combinar-se. O modo específico de levar a efeito essa combinação distingue as diferentes épocas econômicas da estrutura social. No presente caso, a separação do trabalhador livre de seus meios de produção é o ponto de partida dado.” *O capital*, op. cit., v. II, pp. 32-3. Ora, tal separação dos meios de produção implica necessariamente na separação das razões da produção, mediatas e imediatas. No caso específico, o operário da construção civil não somente é afastado de seu produto, mas desconhece mesmo, freqüentemente, suas razões de projeto, cálculo, oportunidade, etc. Não tem, nem pode ter, portanto, qualquer influência que pese nos seus rumos. Nos manuscritos, Marx é explícito: “Até aqui examinamos o estranhamento, a exteriorização →

revolucionária, enquanto a de todos os modos de produção anteriores era conservadora.<sup>37</sup>

O mais dramático exemplo deste comportamento operário surgiu em Brasília. Alguns quilômetros separam a tentada harmonia de Lucio Costa e Niemeyer da carência completa. A miséria se espalha nos lodaçais das cidades-satélites ("cidade" não é a palavra apropriada para designar estes montes de lixo, "satélite", é: sub-homens gravitam em torno dos que têm o privilégio da humanidade).

O núcleo Bandeirantes, antes acampamento vivo dos reais construtores de Brasília, campo de experiências e expansão de vida de retirantes que descobriam em si aberturas novas, hoje é a melancólica e doída marca de um processo interrompido: guarda unicamente o cenário decomposto do que foi. Conheceram os operários o que são capazes de fazer e como fazer: antes da inauguração, no isolamento do chapadão, ensaiaram as primeiras possibilidades da criação coletiva, do projeto em que se empenharam todos. Fantasia deslocada, não há dúvida. Mas que a todos percorria diariamente, nas 24 horas de gigantesco e ininterrupto trabalho.

Havia empenho maior que o esperado de assalariados – ingênuo empenho sordidamente estimulado pelo poder. A festa acabou, os donos chegaram. A burocracia governamental, as agências do capital ocuparam a cidade.

O ritmo das construções diminuiu. Mas os candangos, que pressentiram através da ilusão uma possibilidade concreta, não se arredaram. A volta à vida crua do Nordeste não mais seria suportável, nem o "novo-horizonte" das margens infernais da Belém-Brasília. Entretanto, o capital não requeria mais seu entusiasmo e aborrecia, à sua racionalidade gelada, a insistência do operário: já havia roubado o que desejava. Por meses, os alpendres das capelas

---

→ do trabalhador sob apenas um de seus aspectos, qual seja, a sua relação com os produtos do seu trabalho. Mas o estranhamento não se mostra somente no resultado, mas também, e principalmente, no ato da produção, dentro da própria atividade produtiva. Como poderia o trabalhador defrontar-se alheio ao produto da sua atividade se no ato mesmo da produção ele não se estranhasse a si mesmo? O produto é, sim, somente o resumo da atividade, da produção." K. Marx, *Manuscritos econômico-filosóficos*. op. cit., p. 82. Em resumo, o operário, apesar de tecnicamente conservador na construção civil, é pouco determinante porque: a) não tem a posse dos meios de produção, b) a forma da produção impõe, em certa medida compatível com o emprego de sua habilidade, a sua alienação quanto ao produto, suas razões.

37 Karl Marx, *O capital*. op. cit., v.I, t.2, p. 89.

das superquadras abrigaram centenas de famílias de candangos sem ocupação, os antigos e os chegados, informados das antigas condições. Pouco a pouco se retiraram para as favelas chamadas cidades satélites. Retirantes, haviam apreendido um pedaço do ofício. Aguardam, definhando, que voltem a ser necessários, que o capital os compre, novamente, e como magia propiciatória, enfeitam suas choças com as colunas do Alvorada. O trágico lumpesinato oscila entre duas mortes: por miséria em Brasília, por miséria no Nordeste ou outro inferno qualquer. A política brasileira foi desenhada no espaço: branca — ordem e conforto calculado para o senhor do capital e do poder e os que cabem em suas reservas — e morte, marginalização, fome, afastamento para os excedentes. E ainda assim, o candango conserva o que fez, prova de sua capacidade, não pisa na grama. Voltará.<sup>58</sup>

O que houve? O candango veio do campo-latifúndio — solidão, doença, seca, terras boas cercadas, trabalho irregular quando havia.<sup>59</sup> Em Brasília, um salário e o aprendizado de uma ocupação que garantia o salário, esforço coletivo cujo vazio dissimulado e o hipócrita feito não percebia, a vida gostosa do núcleo Bandeirante, com sua gente, cachaça e prostitutas importadas. Técnicos, arquitetos, operários, e até o presidente em aparente cooperação consentida. Na imprensa, nos discursos, o elogio pomposo, enganador. Depois, a verdade do sistema, sua imensa indiferença: terminada a exploração, danem-se os candangos. O candango resiste mudamente na amarga frustração: achando-se possuidor de habilidade ontem prezada, espera novo chamamento. Exige, por vezes, quando seu sindicato existia. O raquítico pegou elefantíase e a exhibe supondo saúde. Para nada mais serve. E se soma, enquanto aguarda impotente novo capricho do capital, ao enorme exército de reserva de mão-de-obra subocupada e desocupada, garantindo, exclusivamente, baixos salários para os sorteados que conseguem ocupação. Estima pelo trabalho feito, vaidade pelo sub-ofício apreendido, vínculo insubstituível e intransferível com sua subsistência, impotência diante das determinações do capital, colaboração mediata na manutenção do processo de produção obsoleto e de alto grau de exploração do trabalho.

MAIS-VALIA Estudemos numericamente as relações operário-empresário. Apesar de serem simples índices, estes números indicam a média do funcionamento real da especulação imobiliária entre nós, hoje. Como poderíamos

38 Ver, a respeito, O. Niemeyer. *Minha experiência em Brasília*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961.

39 Ver a respeito, Francisco Julião. *Que são as ligas camponesas?* São Paulo: Civilização Brasileira, 1962.

esperar, há carência total de informações exatas a respeito nos vários órgãos públicos, uma de cujas funções é obtê-los. Somente o DIEESE, entidade vinculada aos sindicatos operários, possui alguns dados e análises que apresentamos em anexo. Suponhamos que o especulador possua um capital de 100 (mil milhões de dólares ou cruzeiros, não importa) o qual, aliás, é freqüentemente realizado pelos compradores. E que para a construção dividida, em média, estes 100 em duas partes: 75% aplica em matéria-prima e bens de produção (areia, cimento, pás, canteiro, etc.) e 25% em mão-de-obra (isto é, com 25 compra força de trabalho e paga as leis sociais). Nenhum especulador que se preze aceita participar em algum negócio imobiliário se seu lucro líquido, descontados a desvalorização da moeda, a inflação, custos etc., não atinge 100% no mínimo em dois anos em média. Portanto, o incorporador paulista de 1969, se põe 100, retira 200. Ora, sabe-se que as trocas, fora flutuações de preço determinadas pelas variações da oferta e da produção, são feitas pelo justo valor no mercado, pelo valor real. O iludido, portanto não é o comprador que teria adquirido por 200 o que valeria somente 100. O objeto produzido, a casa ou apartamento, vale realmente 200. Entretanto, se pudéssemos examinar o registro de gastos, o preço de custo, só encontraríamos 100. É que, no processo de produção, 100 é acrescido aos 100 iniciais — o trabalho de transformação da matéria prima em casa ou apartamento gera um valor novo, cuja expressão monetária é igual a 100.

Não é somente a mercadoria que é criada durante a produção, mas também a mais-valia: é precisamente assim que o valor avançado se valoriza [...] Esta mais-valia existia antes da troca. Ela não nasceu no curso da troca, mas no seio da produção.<sup>40</sup>

Em esquema:

Capital dinheiro inicial = 100  
Capital mercadoria final = 200  
Lucro = 100 (mais-valia)  
Mão-de-obra = 25 (capital variável)  
Matéria prima e bens de produção = 75 (capital constante)

40 Karl Marx. *Le Capital*. Paris: Pléiade, 1968, t.II, p. 510 e nota p. 511. [Referência mantida na edição francesa, preparada e traduzida por Maximilien Rubel, pois não foi encontrada na edição brasileira, traduzida diretamente do alemão, de edição preparada por Engels. (N.O.)]

$$\text{Taxa de lucro} = \frac{\text{lucro}}{\text{cap. dinh. inicial}} = \frac{\text{mais-valia}}{\text{cap. const. + cap. variável}} = \frac{100}{100} = 100\%$$

$$\begin{array}{l} \text{Taxa de} \\ \text{Mais-valia} \end{array} = \frac{\text{lucro}}{\text{salários}} = \frac{\text{mais-valia}}{\text{cap. variável}} = \frac{100}{25} = \frac{4}{1} = 400\%$$

A taxa de mais-valia expressa com maior aproximação o grau de exploração do trabalho. A taxa de lucro, dividindo a mais-valia, que é produzida exclusivamente pela força de trabalho paga pelo capital variável, disfarça a magnitude desta exploração ao dividi-la, também, pelo capital constante. Dizer taxa de lucro de 100% é dizer que a taxa de mais-valia é de 400%, é dizer que o sobre-trabalho é 4 vezes superior ao trabalho necessário. Ou ainda, significa que o operário da construção civil, durante sua jornada de trabalho de 8 horas por exemplo, produz o próprio salário em 1 hora e 36 minutos e o "lucro" nas 6 horas e 24 minutos restantes não pagas. Repetimos: apesar de os números serem simples exemplos, as relações se aproximam das reais. Ou, seja, os candangos trabalham 1 hora e 36 minutos para si e 6 horas e 24 minutos para o capitalista empreendedor — isto em São Paulo, 1969. O lucro do incorporador é produzido diariamente, durante a fase do processo de produção, durante a fase da construção. Sua realização, isto é, a transformação do capital mercadoria em dinheiro, a transfiguração da forma imóvel para a forma monetária é que se opera na venda. Lembremos ainda que nos 25% que representaram o capital variável estão incluídas as leis sociais.

Como estas leis representam cerca de 50% da folha de pagamentos, em verdade o operário recebe somente o produto de 48 minutos de seu dia de 8 horas de trabalho. Pode-se afirmar que, como tendência geral com o desenvolvimento do capitalismo, as várias taxas de exploração do trabalho, as taxas de mais-valia se aproximam nos vários setores de produção. Entretanto, essa tendência é contrariada por certos fatores: em particular, no caso da construção civil, o fato do exército de reserva de força de trabalho exercer aqui, prioritariamente, sua pressão, leva à acentuação inevitável desta taxa no setor. Mas, a taxa de lucro real no setor deve ser ainda maior.

Em virtude da distinta composição orgânica dos capitais investidos em diversas esferas da produção, portanto em virtude da circunstância de que, conforme a distinta percentagem que o capital variável representa num capital global de grandeza dada, capitais de igual grandeza põem em movimento quantidades muito diferentes de trabalho, quantidades também muito diferentes de mais-trabalho são apropriadas por eles ou massas muito diferentes de mais-valia são produzidas por eles. Conseqüentemente, as taxas de lucro

que prevalecem nos diversos ramos da produção são originalmente muito diferentes. E essas diferentes taxas de lucro são igualadas pela concorrência numa taxa geral de lucro, que é a média de todas essas diferentes taxas de lucro.<sup>41</sup>

O grau de exploração do trabalho varia pouco de setor para setor de produção numa região. Em compensação, varia enormemente a taxa de lucro em função das diferentes composições orgânicas dos capitais investidos em setores diferentes e de seu respectivo tempo de rotação. Alta composição orgânica implica em pequeno capital variável relativo e, portanto, em pequena taxa de lucro. Ao contrário, baixa composição orgânica implica em capital variável relativo maior, e conseqüentemente em maior taxa de lucro. Entretanto, estas diferenças pouco aparecem na prática. Já que ocorre contínua compensação das diferentes taxas de lucro, de tal modo que qualquer capital parece “produzir” a mesma taxa de lucro, independentemente de suas composições orgânicas. Ora, a alta composição orgânica do capital é conseqüência, através da alteração de sua composição técnica, do progresso dos meios de produção, quando a imobilização de parte do capital constante (fixo) em máquinas é elevada, como o corolário necessário ao aumento do volume (e da massa de valor) de matéria-prima, associado à diminuição relativa da mão-de-obra empregada. Como vimos, o avanço tecnológico é quase inevitável na indústria não monopolista — o que acarreta, portanto, uma tendência geral do capital industrial para o aumento de sua composição orgânica, atingindo seu limite na automação quando, na realidade, o capital não mais “produz” mais-valia, isto é, lucros. Ora, esta tendência inevitável, lei automática e obrigatória do capital industrial, leva ao pesadelo maior do capitalista: a lei da tendência decrescente da taxa de lucros. Aumento da composição orgânica, diminuição relativa da força de trabalho comprada, diminuição relativa da mais-valia produzida e queda da taxa de lucro.

O capitalista, que bem conhece esta tendência assustadoramente decrescente, manobra de vários modos para freá-la. Entre as escapatórias achadas, três são bem conhecidas nossas: monopólios, imperialismo e manutenção de áreas retrógradas de produção. Apesar de estarem intimamente associadas, interessa-nos, em particular, a terceira.

**MAIS-VALIA EXCEDENTE** Ao procurarmos descrever e caracterizar o processo de produção dominante nas empresas de construção civil significativas (médias e grandes) para o estudo da mercadoria moradia de classe média, verificamos

seu nível arcaico. Encontramos algumas explicações para este fato, internas ao campo da produção da construção civil: o conservadorismo implícito no comportamento do setor, com origem fundamental no capital, mas também apoiado no operariado. Agora, entretanto, podemos apontar uma causa externa, cuja presença, continuamente diluída na aparência do funcionamento do setor, tem, talvez, peso dominante.

Em tese, são áreas de produção arcaicas, como a construção civil, que garantem uma taxa de lucro alta, num país subdesenvolvido, já que utilizam um capital constante relativamente menor que o capital constante industrial. A taxa de lucro aparente, na construção civil, 100% num giro de 18 meses, pouco difere da taxa de lucro, também aparente, de outras áreas. Entretanto, devido à baixa composição orgânica do capital que aí é empregado, isto é, devido à forma arcaica de produção, a taxa real de lucro é forçosamente mais elevada que a da indústria automobilística, por exemplo. Através de uma complexa série de medições, que não nos importa examinar aqui, a taxa de lucro se homogeneiza: parte da mais-valia, do trabalho não pago, produzida na construção civil e outros setores atrasados de produção (agricultura, por exemplo) aparece como sendo mais-valia produzida na indústria automobilística “nacional”.

E como a indústria (automobilística) “nacional” está para a indústria metropolitana assim como a construção civil está para a indústria (automobilística) “nacional”, podemos imaginar a densa e intrincada rede de fatores interessados neste fato simples: a manutenção do modo arcaico de produção na construção civil. Em outros termos:

O desenvolvimento e o subdesenvolvimento econômicos são as caras opostas da mesma moeda. Ambos são o resultado necessário e a manifestação contemporânea das contradições internas do sistema capitalista mundial [...]  
O mesmo processo histórico de expansão e desenvolvimento do capitalismo através do mundo gerou, simultaneamente e continua gerando – tanto o desenvolvimento como o subdesenvolvimento.<sup>42</sup>

Num sistema colonial, análogo a num sistema solar, em que o sol metropolitano se alimenta de suas colônias planetárias que, na qualidade de metrópoles nacionais, mantêm semelhante relação com suas próprias colônias lunares.<sup>43</sup>

42 André Gunder Frank, *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova York: M.R. Press, 1967.

43 André Gunder Frank. “El desarrollo del sub-desarrollo”, *Monthly Review*, n. 46-47, ano V, jan./fev. 1968.

Há, entretanto, na construção civil uma característica que diminui ligeiramente o efeito compensador para o sistema, no seu conjunto, de sua superior taxa de lucro: o tempo de giro do capital. Esquemáticamente, capitais produzem lucros reais (não os aparentes) maiores se seu tempo de giro for menor, supondo-se composições orgânicas semelhantes. Entretanto, devemos considerar o seguinte: em primeiro lugar, poucos capitais empregados em outros setores, principalmente industriais, têm composição orgânica tão baixa. Somente outros ramos atrasados seriam comparáveis. Mas, entre estes ramos atrasados, poucos têm a característica específica da construção civil: a quase ausência de capital fixo, investido em bens pesados de produção.

Isso traz duas "vantagens": não há que contabilizar nenhum desgaste destes bens inexistentes e o capital investido é integralmente recuperado a cada giro. Quase todo o capital da construção civil investido em matéria prima e força de trabalho é circulante. A flexibilidade aí é bastante elevada, portanto. Se assim não fosse, parte importante do capital deveria permanecer imóvel sob a forma daqueles bens. Ora, esta flexibilidade permite rápidos deslocamentos, evitando em épocas de crise sua paralisia, que resultaria, em largos períodos de tempo, na depreciação da taxa de lucros total em setores altamente imobilizados.

Mas, não há dúvida que o tempo de gestação do produto é o grande obstáculo para que a construção civil seja o néctar aspirado. Não é por acaso que, progressivamente, vemos construtores fazendo cursos de *PERT* etc., e a retomada dos cronogramas e dos vários turnos de trabalho.

Entretanto, este obstáculo não destrói o dado fundamental, somente o atenua: a construção civil produz mais-valia excedente que vai alimentar outros setores. O problema de tempo de giro do capital aplicado na construção civil, entretanto, está acarretando importantes modificações no campo. Em primeiro lugar a pressão, nas obras públicas e privadas, sobre o prazo de construção, fator que vem progressivamente determinando as concorrências. Mas, para uma mesma produção, supondo-se a mesma qualidade, as possibilidades de eliminação dos "poros" durante o processo de trabalho são restritas. Daí a imediata consequência: é necessário diminuir a qualidade do produto para obter melhores prazos — já que a industrialização é sempre evitada. Ora, diminuir a qualidade é ampliar o mercado pela absorção de setores de pequeno poder aquisitivo, é absorver setores ainda marginalizados da classe média.

Por outro lado, outro modo de reduzir o tempo de giro é eliminar o que separa o fim da produção da realização do produto sob a forma de dinheiro. Até algum tempo atrás, a casa somente era vendida pronta. Depois começou a venda na planta, que permitia diminuir o capital próprio empregado. A seguir, os financiamentos dominaram: capital oficial, realização imediata do produto

para o capitalista, as desvantagens da prestação transferidas para o governo. Ora, juntando baixa qualidade com financiamento caracterizamos a vaidade maior do poder atual: o BNH. Mas o governo também não quis ficar com as desvantagens do financiamento tradicional: e criou o sistema do BNH, uma das maiores explorações oficiais, que utiliza um fundo dos trabalhadores e terá, como vantagem suplementar a longo prazo, o rebaixamento dos salários reais.

**DUAS OBSERVAÇÕES FINAIS** Em primeiro lugar, repete-se constantemente, inclusive com apoio de arquitetos e engenheiros “progressistas” que, no Brasil, é importante a manutenção das características atuais da construção civil porque ela é um campo de absorção de mão-de-obra. Ora, vimos que a construção civil realmente sofre tremenda pressão do exército de reserva de força de trabalho. Mas, vimos também que este exército provém fundamentalmente do campo e procura a construção civil como serventes que dispensam qualquer qualificação. Não seria mais racional – ao invés de remediar a migração ininterrupta campo-cidade através da manutenção de um processo de produção absurdo, arcaico, altamente explorador, incapaz de resolver realmente o enorme déficit habitacional – atacar a causa real de tal migração doentia: a estrutura retrógrada do campo? Sabemos perfeitamente que esta estrutura é intocável no atual sistema. Mas isto não justifica a adesão ideológica aos remédios superficiais. Ao contrário, deveria encaminhar à crítica consciente e ao esforço de transformação real. A pressão da força de trabalho sobre a construção civil é derivada. Como conseqüência, se quiséssemos efetivamente enfrentá-la, deveríamos resolver suas causas. E quando fizermos as imensas transformações inevitáveis na sociedade brasileira, esta deverá ser a ordem de atendimento: a construção civil deveria esperar a resolução de questões mais fundamentais, o que não dispensa, desde já, o conhecimento de suas características e necessidades.

Segunda observação. O governo fala no “boom” da construção civil a partir de 1967. A mão-de-obra no setor, diz ainda o governo, passou de 12% a 20% (supõe-se que da mão-de-obra urbana-industrial). Imensos interesses se concentram: ora, para o industrial isolado que, no imediato, deseja uma “lua de mel”, a industrialização do setor é uma perspectiva tentadora, apesar de contrariar seus interesses de classe. Já se pode apontar os primeiros investimentos. Seguramente, a forma de produção arcaica será contestada por capitalistas cuja fome próxima de mais-valia afasta a cautela a longo termo. Os prognósticos, no caso, são bastante difíceis. O que é seguro é que haverá atrito entre os capitalistas isolados e seus representantes no poder, que têm os olhos postos na classe e menos no seu componente particular. Mas não ultrapassará, seguramente, a região das disputas cordiais. Afinal, eles se entendem.